



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ALAN OLIVEIRA PAIVA DIAS DE SÁ

**DETERMINANTES DOS HONORÁRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE: UM
ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DOS ESTÁGIOS DE CICLO DE VIDA
ORGANIZACIONAL**

**JOÃO PESSOA
2020**

ALAN OLIVEIRA PAIVA DIAS DE SÁ

**DETERMINANTES DOS HONORÁRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE: UM
ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DOS ESTÁGIOS DE CICLO DE VIDA
ORGANIZACIONAL**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.(a) Dr.(a) Karla Katiuscia Nóbrega de Almeida.

JOÃO PESSOA

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catálogo e Classificação

S111d SÁ, Alan Oliveira Paiva Dias de.

DETERMINANTES DOS HONORÁRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE:
UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DOS ESTÁGIOS DE CICLO DE
VIDA ORGANIZACIONAL / Alan Oliveira Paiva Dias de SÁ. -
João Pessoa, 2020.
65 f. : il.

Orientação: Karla Katiuscia Nóbrega de Almeida Almeida.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Ciclo de Vida. RAI. Honorários. I. Almeida, Karla
Katiuscia Nóbrega de Almeida. II. Título.

UFPB/BC

ALAN OLIVEIRA PAIVA DIAS DE SÁ

**DETERMINANTES DOS HONORÁRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE: UM
ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DOS ESTÁGIOS DE CICLO DE VIDA
ORGANIZACIONAL**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Presidente(a): Prof.(a) Dr.(a) Karla Katiuscia Nóbrega de Almeida
Instituição: UFPB

Membro: Prof.(a) Dr.(a) _____
Instituição: _____

Membro: Prof.(a) Dr.(a) _____
Instituição: _____

João Pessoa, ____ de _____ de _____

RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar a relação entre os honorários pagos aos auditores independentes em cada uma das etapas do ciclo de vida das empresas brasileiras estudadas. Para tanto, escolheu-se o modelo teórico do ciclo de vida organizacional determinado por Dickinson (2010) que distingue os cinco ciclos (nascimento, desenvolvimento, maturidade, turbulência e declínio) conforme o comportamento dos fluxos de caixa da empresa. Foi realizada uma pesquisa documental baseada nos Relatórios dos Auditores Independentes, nas Demonstrações do Fluxo de Caixa e nos Formulários de Referência divulgados pelas empresas de consumo cíclico listadas na B3, referentes ao exercício social de 2018, cuja amostra totalizou 65 empresas. Os dados foram tratados por meio da estatística descritiva e permitiram constatar que o estágio de ciclo de vida organizacional com o maior número de empresas foi o da Maturidade, totalizando 25 empresas, as quais apresentaram honorários com a segunda maior média da amostra. Entretanto, nas 12 empresas localizadas no estágio de ciclo de vida do Nascimento, encontrou-se a maior média e o maior desvio padrão dos honorários de auditoria pagos por essas empresas, sendo estes os honorários mais caros em relação aos demais estágios, apresentando também o maior honorário de auditoria, além de maiores *Audit Delay* encontrados na amostra. Em relação às empresas localizadas nos demais estágios, Desenvolvimento, Turbulência e Declínio, houve menores desvios-padrão e menores valores de honorários pagos, sendo o Declínio o estágio que pagou menores honorários da amostra. Tais resultados sugerem haver indícios da relação entre honorários de auditoria independente e os ciclos de vida organizacionais.

Palavras-chave: Ciclo de Vida Organizacional. Relatório dos Auditores Independentes. Honorários de Auditoria.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the relationship between the fees paid to independent auditors in each of the stages of the life cycle of the Brazilian companies studied. For this, the theoretical model of the organizational life cycle determined by Dickinson (2010) was chosen, which distinguishes the five cycles (birth, development, maturity, turbulence and decline) according to the behavior of the company's cash flows. A documentary research was carried out based on the Independent Auditors' Reports, the Cash Flow Statements and the Reference Forms disclosed by the cyclical consumption companies listed in B3, for the 2018 fiscal year, whose sample totaled 65 companies. The data were treated using descriptive statistics and showed that the stage of the organizational life cycle with the largest number of companies was Maturity, totaling 25 companies, which presented fees with the second highest average in the sample. However, in the 12 companies located in Nascimento's life cycle stage, the highest average and the highest standard deviation of the audit fees paid by these companies was found, these being the most expensive fees in relation to the other stages, also presenting the higher audit fee, as well as higher Audit Delay found in the sample. In relation to companies located in the other stages, Development, Turbulence and Decline, there were smaller standard deviations and lower amounts of fees paid, with Decline being the stage that paid the lowest fees in the sample. These results suggest that there is evidence of the relationship between independent audit fees and organizational life cycles.

Keywords: Organizational Life Cycle. Independent Auditors' Report. Audit Fees.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – QUANTIDADE DE EMPRESAS SEGREGADA POR CICLO, POR MEMBROS DO CONSELHO E POR FATOR BIG FOUR.....	37
TABELA 2 – CICLO DE VIDA ORGANIZACIONAL E TIPOS DE OPINIÃO DE AUDITORIA CORRESPONDENTES.....	39
TABELA 3 – TIPO DE RELATÓRIO DE AUDITORIA POR QUANTIDADE DE EMPRESAS ESTUDADAS.....	40
TABELA 4 – AUDIT DELAY POR ESTÁGIO DE CICLO DE VIDA DAS EMPRESAS ESTUDADAS.....	41
TABELA 5 – HONORÁRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE POR CICLO DE VIDA ORGANIZACIONAL.....	42
TABELA 6 – MOTIVOS DE EMISSÃO NO RAI POR CICLO DE VIDA ORGANIZACIONAL.....	43
TABELA 7 - HONORÁRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE POR MOTIVO DE EMISSÃO NO RAI.....	44

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PADRÕES DE FLUXO DE CAIXA POR CICLO DE VIDA ORGANIZACIONAL.....	20
QUADRO 2 – ESTUDOS DE ESTÁGIOS DE CICLO DE VIDA.....	22
QUADRO 3 – HONORÁRIOS DE AUDITORIA SEGUNDO A NBC PA 290 (R2).....	28
QUADRO 4 – EMPRESAS DE CONSUMO CÍCLICO LISTADAS NA B3.....	32
QUADRO 5 – VARIÁVEIS DO ESTUDO.....	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 CICLO DE VIDA ORGANIZACIONAL	15
2.2 HONORÁRIOS DE AUDITORIA	24
2.3 ESTUDOS RELACIONADOS AOS HONORÁRIOS DE AUDITORIA	25
3 METODOLOGIA	31
3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA	31
3.3 VARIÁVEIS DE ESTUDO.....	35
4 DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	37
4.1 DESCRIÇÃO DO CICLO DE VIDA DA AMOSTRA E DAS VARIÁVEIS ESTUDADAS	37
4.2 ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE OS HONORÁRIOS PAGOS AOS AUDITORES INDEPENDENTES E O CICLO OPERACIONAL DAS EMPRESAS AUDITADAS ...	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICE A – FLUXOS DE CAIXA DAS EMPRESAS POR ATIVIDADE	52
APÊNDICE B – DADOS DOS FORMULÁRIOS DE REFERÊNCIA COLETADOS DA AMOSTRA	55

1 INTRODUÇÃO

O mundo globalizado e competitivo vem sofrendo transformações que contribuem para o desenvolvimento tecnológico, científico e na busca por novos conhecimentos em diversos setores de mercado e pesquisa. Segundo Tenório (2007), esse processo de desenvolvimento provoca o crescimento das organizações e, em consequência, resulta no aumento da complexidade das transações comerciais e processos organizacionais e culmina na crescente modelagem das estruturas organizacionais das entidades, no sentido de permitir a segregação de funções e a delegação de responsabilidade e autoridade, isto é, um processo de descentralização das entidades.

Esses efeitos e mudanças nas empresas podem ser explicados, também, pelo ciclo de vida organizacional no qual estão inseridas, que agrupam as entidades por meio de várias características que cada uma apresente, como o comportamento dos seus fluxos de caixa, por exemplo. O comportamento dos fluxos de caixa determina, no modelo de Dickinson (2010) adotado nesse estudo, os ciclos de vida organizacionais que são classificados pelo autor em cinco: Nascimento, Desenvolvimento, Maturidade, Turbulência e Declínio. Cada ciclo acarreta desafios, objetivos e metas organizacionais que demandam a necessidade, inclusive, do estabelecimento de sistemas de controle interno e divulgação de informações aos seus *stakeholders*.

Sendo assim, faz-se necessária a adoção e o aprimoramento de ferramentas para a consolidação de sistemas de controle interno e de prestação de contas, munindo tanto os gestores quanto a sociedade, necessitados de informações confiáveis de processos e gestão da entidade.

Sabe-se que, para fins de prestação de contas, após os escândalos contábeis ocorridos com grandes corporações como a WorldCom, a Enron e a Toshiba, a sociedade/acionistas passaram a demandar com maior intensidade não só por informações contábeis das entidades de interesse, mas também passaram a exigir a assecuração dessas informações contábeis advindas de profissionais da contabilidade altamente qualificados e capacitados para a emissão de opinião acerca desses dados, ao passo em que os governos instituíram legislações acerca da obrigatoriedade da prestação de contas e assecuração de informações contábeis, denominada de auditoria independente.

Nesta perspectiva, percebe-se que os profissionais responsáveis por essa asseguuração de informações contábeis (auditores independentes) podem ser suscetíveis à riscos associados ao exercício da auditoria independente nas organizacionais, sendo estes, juntamente com outras variáveis como a complexidade de transações da organização, o tamanho da organização e o tempo demandado para a execução do serviço de auditoria, variáveis relevantes para a determinação dos honorários a serem pagos aos auditores independentes (BRIGHENTI;DEGENHART;CUNHA, 2016).

Os riscos associados ao exercício de auditoria, ou riscos de auditoria, segundo a NBC TA 200 (R1), representam as chances de que um auditor independente possa expressar uma opinião equivocada acerca das demonstrações contábeis devido a alguma distorção relevante presente nessas demonstrações ou no registro de transações da entidade.

O risco de que essas distorções já estejam presentes nas demonstrações contábeis antes da auditoria ou no registro de transações suficientemente relevantes e que podem influenciar, de maneira errônea, uma opinião de um auditor independente é, segundo a NBC TA 200 (R1), chamado de risco de distorção relevante. Dessa forma, o risco de distorção relevante, pode afetar a opinião de auditores independentes acerca da continuidade de uma entidade, por exemplo.

Adicionalmente, ainda relacionado ao exercício de auditoria independente, há o risco de detecção, que, de acordo com a NBC TA 200 (R1), representa a possibilidade dos procedimentos executados pelos auditores independentes para reduzir o risco de auditoria, isto é, o próprio risco de detecção e o risco de distorção relevantes a um nível suficientemente aceitável não sejam suficientes.

Tal enfrentamento dos riscos no trabalho de auditoria, seja de distorção relevante ou de detecção, pode impactar os honorários cobrados por esse profissional, uma vez que auditar ambientes organizacionais com potenciais riscos de distorção relevante pode elevar a pressão para que o auditor não emita uma opinião indevida quando houver distorção relevante nas demonstrações contábeis auditadas, mas não detectada por ele (NBC-TA 200). Segundo a NBC TA 200, “quanto maior o risco de distorção relevante, menor é o risco de detecção que pode ser aceito”.

Considerando-se que o risco de distorção relevante é pertencente a empresa e existem independentemente das auditorias de demonstrações contábeis (NBC TA 200), tais como os risco de continuidade dos negócios, estes também podem se

relacionar ao ciclo de vida no qual a empresa auditada se insere.

Nesta perspectiva, destaca-se que os ciclos de vida organizacionais podem impactar nas percepções de riscos associados ao exercício de auditoria independentes, (BRIGHENTI; DEGENHART; CUNHA, 2016; BORGES; NARDI; SILVA, 2017). O que também pode afetar a definição de honorários a serem pagos aos auditores

Assim, o presente estudo se dedica a discutir sobre o ciclo de vida organizacional como determinante dos honorários de auditoria independente.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Estudos buscaram identificar os fatores determinantes dos honorários do auditor independente, a exemplo de Borges, Nardi e Silva (2017), Castro, Peleias e Silva (2015) e Brighenti, Degenhart e Cunha (2016). Dentre os fatores determinantes dos honorários dos auditores, essas pesquisas apontam para o tamanho e complexidade de transações operacionais das entidades auditadas, gerenciamento de resultados, qualificação técnica dos auditores, riscos inerentes, firma de auditoria *Big Four*, dentre outros impactando o preço dos serviços de auditoria.

Por outro lado, os estudos anteriores sobre os ciclos de vida organizacionais, tais como os de Beuren (2015), Wang e Sing (2010) e Souza, Necyk e Frezatti (2008), buscaram identificar características das entidades que definem a identidade de cada ciclo de vida organizacional e os impactos desses ciclos na atuação das empresas frente ao mercado e nas decisões gerenciais comumente tomadas pelos gestores e que podem influenciar, como apontado por Dickinson (2010), nas decisões de investimento, financiamento e nas atividades operacionais.

Tais decisões gerenciais parecem ser afetadas pelo ciclo de vida organizacional. Wang e Sing (2010) encontraram evidências que o ciclo de vida organizacional no qual as empresas se situam impacta diretamente nas remunerações executivas, o que pode afetar o processo de tomada de decisão. Se o ciclo de vida organizacional impacta a remuneração dos executivos, também é possível impactar o valor cobrado pelos auditores independentes.

Nesta perspectiva, o presente estudo se preocupa em discutir o ciclo de vida organizacional com seus riscos de auditoria de distorção relevante e se existe relação entre este e os honorários dos auditores independentes, por meio do seguinte

questionamento: *Qual a relação entre os honorários pagos aos auditores independentes pelas empresas brasileiras estudadas e as etapas do ciclo de vida organizacional?*

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a relação entre os honorários pagos aos auditores independentes em cada uma das etapas do ciclo de vida das empresas brasileiras estudadas.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos desta pesquisa podem ser definidos em três tópicos:

- a) Identificar o estágio de ciclo de vida no qual se encontram as empresas estudadas;
- b) Identificar os tipos de opinião emitidas pelos auditores independentes em seus relatórios emitidos para as empresas da amostra e seus fatores motivadores.
- c) Verificar se o valor dos honorários pagos aos auditores independentes está relacionado ao ciclo de vida organizacional nas empresas estudadas.

1.3 JUSTIFICATIVA

A crescente demanda informacional dos usuários da contabilidade por informações contábeis mais precisas e confiáveis, impulsiona a necessidade do aprimoramento de práticas de auditoria independente e de mais estudos sobre as complexidades envolvidas no processo de tomada de decisão das empresas e dos seus auditores.

Nesse sentido, verifica-se através dos estudos de Silva, Aires e Almeida (2014), que o ciclo de vida organizacional no qual as empresas se situam impacta diretamente nas remunerações executivas, o que pode afetar o processo de tomada de decisão.

Além de afetar a remuneração dos executivos, é possível que o ciclo de vida

organizacional também impacte, além de outros fatores relacionados à gestão das empresas, nos honorários de auditoria. Tal possibilidade estimula o desenvolvimento da presente pesquisa que busca identificar uma relação entre os ciclos de vida organizacionais e os honorários pagos aos auditores independentes.

Os estudos anteriores sobre os determinantes dos honorários de auditoria, tais como os de Brighenti, Degenhart e Cunha (2016) e os de Borges, Nardi e Silva (2017), buscaram a identificação de fatores determinantes desses honorários através da definição de variáveis relacionadas à percepção dos auditores independentes quanto aos riscos associados à auditoria nas empresas clientes, o nível de complexidade das transações da entidade (na perspectiva de que quanto maior a complexidade, maior seria o tempo de coleta de dados para o confronto de informações e a emissão de parecer), o fator *Big N* ou *Big Four*, complexidades adversas do ramo de mercado do cliente de auditoria, entre outros.

Do exposto, observa-se que a literatura pesquisada parece ainda não ter dedicado atenção sobre discussões em relação ao ciclo de vida organizacional como determinante dos honorários dos auditores independentes. Tal lacuna de pesquisa motiva e justifica a realização do presente estudo.

Portanto, o presente estudo explora uma outra vertente dos determinantes dos honorários dos auditores independentes, no esforço de se valer de fatores que caracterizam os ciclos de vida organizacionais a fim de relacioná-los à variáveis desses determinantes e, dessa forma, contribuir para fomentar estudos mais complexos nesse sentido.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CICLO DE VIDA ORGANIZACIONAL

Frente ao vigente cenário político e econômico, percebe-se um aumento da complexidade de transações comerciais entre as empresas e a intensificação de estudos que cercam estes relacionamentos empresariais juntamente com suas necessidades. Nesse contexto, segundo Frezatti *et al* (2017), as atenções dos pesquisadores voltaram-se para o estudo das características da organização no quesito estágio de vida, ou seja, iniciou-se uma preocupação por se estudar o comportamento das empresas em suas diversas fases de vida: os ciclos de vida da organização.

O estudo dos ciclos de vida organizacionais constitui uma ferramenta muito importante para a administração de empresas, constituindo parte das pesquisas do setor estratégico das entidades. A partir da análise dos estudos de Silva, Jesus e Melo (2009), verifica-se que o administrador dotado de conhecimentos na área, teria mais facilidade em lidar com possíveis problemas futuros, aliando o auxílio de informações do histórico organizacional junto à postura da entidade em cada estágio de vida da entidade.

Segundo Albuquerque, Hatreister e Lima (2004), os ciclos de vida da organização são equiparados aos estágios temporais compostos de um conjunto de etapas e procedimentos que constituem um processo pelo qual todas as empresas passam.

Para Dickinson (2010), as entidades possuem cinco fases ou estágios de vida que impactam em vários fatores internos e externos. O modelo de tratamento de estágios de ciclo de vida escolhido para balizar este estudo foi o proposto por essa pesquisadora, motivo pelo qual se abordam as características de cada estágio e como identificá-los, de acordo com Dickinson (2010).

Segundo Dickinson (2010), os ciclos de vida organizacionais são: o Nascimento, o Desenvolvimento, a Maturidade, a Turbulência e o Declínio. O primeiro estágio apontado por Dickinson (2010) corresponde à fase de Nascimento na qual as empresas que nele se encontram são caracterizadas como “jovens e pequenas”, constituindo um processo de tornarem-se entidades viáveis e estáveis administrativa e financeiramente (WANG; SING, 2010).

O estágio do nascimento representa o esforço das entidades de ingressar em um segmento oportuno do mercado através da venda de produtos ou serviços, se concentrando inicialmente em uma ou poucas linhas de produção (GUPTA; CHIN, 1991). Um ponto chave neste período diz respeito a essa venda de produtos ou serviços refletir diretamente em uma resposta às mais variadas demandas da sociedade e, caso seja fator de inovação, almejar conquistar uma identidade da empresa frente ao mercado.

Não se limitando a estes fatores, a fase do Nascimento é marcada pelas incertezas dos *stakeholders* acerca das realizações da entidade, que por haver grande necessidade de captação de capital para o financiamento de suas operações (Capital Circulante Líquido – CCL), não consegue focar sua estrutura interna, geralmente optando por baixas remunerações de CEOs, poucas reuniões e estabelecimento ainda em desenvolvimento de diretrizes internas e a possibilidade da falta de alinhamento dos empregados com os objetivos empresariais (Silva, Jesus e Melo, 2009). O objetivo principal da empresa neste estágio é garantir a sua continuidade.

O segundo estágio é o do Desenvolvimento, caracterizado por um período de crescimento da entidade, em que o aumento das vendas e a prestação de serviços permitem o nascimento de uma economia de escala (FREZATTI *et al*, 2017). Também se destaca o abandono da estrutura organizacional centralizada e simplificada evidenciada durante o Nascimento, em que há uma intensificação no processo de delegação e segregação de funções a fim de expandir a base funcional organizacional (SOUZA; NECYK; FREZATTI, 2008).

O estágio do desenvolvimento consiste também em um processo de gerenciamento de demandas objetivando a expansão, em que o número de vendas e empregados é crescente, possibilitando assim, a diversificação das linhas de produção (MILLER; FRIESEN, 1984) possibilitando um alto nível de eficiência de retorno financeiro em fluxos de caixa (DICKINSON, 2010) e consequentemente nos resultados operacionais da entidade.

Estudos sinalizam que existem dados suficientes para confirmar que o estágio do desenvolvimento é o período de maior crescimento de vendas em relação a todos os demais estágios operacionais (WANG; SING, 2010 *apud* MADHANI, 2012). Neste estágio, as empresas começam a pagar pequenos dividendos e apresentam um baixo numerário em ativos devido ao giro elevado (WANG; SING, 2010).

O terceiro estágio de ciclo de vida organizacional corresponde à Maturidade. Este estágio é caracterizado por uma intensa atuação da administração da entidade, no sentido de mudanças nos enfoques de crescimento de vendas para rentabilidade de investimentos no ativo ao passo em que sistemas de gerenciamento de custos são implantados a fim de reduzi-los (LIMA *et al*, 2015), adicionado a existência de um aprimoramento da estrutura interna da entidade a fim de aprimorar a eficiência operacional da entidade.

Este processo é feito através do rebuscamento da descrição de funções, enfoque na comunicação entre os segmentos da estrutura organizacional, também há a eliminação de desfalques corriqueiros e a informalidade, através de uma sólida delegação de responsabilidades e controle operacional (SOUZA; NECYK; FREZATTI, 2008). Esta etapa é chamada por alguns estudiosos de etapa de sucesso, na qual é possível perceber maiores numerários localizados nas contas de disponibilidades das empresas, promovendo o aumento no valor das ações e uma estagnação de crescimento das receitas (LESTER; PAMELL, 2008; SOUZA; NECYK; FREZATTI, 2008).

O quarto estágio de ciclo de vida organizacional corresponde à turbulência e, segundo Dickinson (2010), este ciclo é caracterizado por quatro fatores, a saber: o número de produtos produzidos e serviços prestados e as intenções das administrações das entidades de aumentar a capacidade produtiva diminuem; O fluxo de caixa derivado de atividades de financiamento diminui; O fluxo de caixa operacional mantêm-se no mesmo padrão, porém estagnado e; O fluxo de caixa de atividades de investimento aumenta. As vantagens do estudo de fluxos de caixa podem auxiliar na identificação de variáveis e padrões que compõem cada ciclo de vida organizacional já mencionado, e por isso, é importante destacá-lo neste estudo (DICKINSON, 2010 *apud* ANTHONY; RAMESH, 1998; BLACK, 1998).

O quinto e último estágio de ciclo de vida organizacional corresponde ao declínio, que é caracterizado pela falha com as expectativas de mercado, isto é, falha com desafios externos (FREZATTI *et al*, 2017). Essa falha é determinada pela ocorrência de *trade-offs* desfavoráveis para a entidade, envolvendo as perspectivas dos clientes (o cliente deixa de ser o foco da entidade), processuais (circunstâncias internas interferem nos objetivos da entidade) e financeiras (a alta administração passa a priorizar ganhos e reconhecimentos pessoais) (LESTER *et al*, 2003).

Dickinson (2010), estudou sobre padrões de fluxo de caixa sintetizados em ciclos de vida organizacionais com base nas demonstrações contábeis associadas a esses fluxos nas entidades durante os cinco ciclos de vida organizacionais e observou os seguintes fenômenos:

No ciclo do Nascimento (*Introduction*), as entidades tendem a alocar recursos apenas para atividades operacionais a fim de buscar oportunidades de mercado e consolidar sua capacidade produtiva e, além disso, como descrito anteriormente, é um período de incertezas por parte dos *stakeholders* acerca das realizações da entidade e por isso, há grande necessidade de capital com destinação ao financiamento de atividades operacionais (CCL). Dessa forma, é possível verificar que os fluxos de caixa das entidades que se encontram neste ciclo são positivos para entidades de financiamento, advindos de captação de recursos, porém negativos para atividades de investimento e operacionais, tendo em vista que o mercado ainda não foi consolidado.

Ao se alcançar o ciclo do Desenvolvimento ou Crescimento (*Growth*), a entidade consegue firmar uma economia de escala através da obtenção de lucros decorrentes dos resultados de suas operações iniciais, tornando o padrão de fluxo de caixa positivo para atividades operacionais, e mantendo-se negativo para atividades de investimento e positivo para atividades de financiamento, evidenciando o posicionamento da empresa em manter seu crescimento a partir da captação de recursos e obtenção de lucros decorrente de suas atividades-fim.

Ao se chegar ao estágio de Maturidade (*Mature*), os estudos de Dickinson (2010) apontam as entidades passam a reduzir as necessidades de captação de recursos, o que evidencia em um padrão de fluxo de caixa negativo para atividades de financiamento e passam a adotar e implantar sistemas de redução de custos e o início de alocação de recursos para investimentos de longo e curto prazo, o que caracteriza um fluxo de caixa ainda negativo para investimentos, porém positivo para atividades operacionais.

Para Dickinson (2010), o estágio de Turbulência (*Shake-Out*) apresenta três momentos em que os padrões de fluxos de caixa se modificarão, em que há os seguintes fenômenos: em primeiro momento, há uma estagnação no fluxo de caixa operacional, fazendo com que o padrão desse fluxo de caixa diminua; A alocação de recursos em investimentos aumenta, o que caracteriza a manutenção do fluxo de caixa negativo derivado de atividades de investimento e; Perde-se o interesse pelo

aumento de capacidade produtiva, o que caracteriza o fluxo de caixa negativo para atividades de financiamento.

Em segundo momento, há o reinvestimento em captação de recursos a fim de expandir a capacidade produtiva, tendo em vista que essa capacidade foi diminuída ou estagnada anteriormente; Há o recebimento de recursos derivados das aplicações financeiras e investimentos realizados em ciclos e momentos anteriores e; Há a realização de lucros de atividades operacionais, que possuem seu crescimento evidente devido ao reinvestimento na capacidade produtiva da entidade, o que resulta em padrões de fluxos de caixa positivos para atividades operacionais.

No terceiro e último momento da Turbulência (*Shake-Out*), mantêm-se os padrões de fluxos de caixa positivos para atividades operacionais e de investimento devido às aquisições de investimentos anteriores e aos lucros ainda presentes de atividades operacionais, porém há novamente uma perda de interesse por aumento de capacidade produtiva e a perda de interesse no uso de capital de terceiros para financiamento de operações, o que caracteriza o padrão negativo de fluxo de caixa para atividades de financiamento.

O último ciclo de vida organizacional evidenciado por Dickinson (2010), corresponde ao Declínio (*Decline*) e, apresenta dois momentos: A primeira é caracterizada pela retomada do uso de capital de terceiros para financiamento de operações, entretanto, em contraste com o ciclo anterior, o fluxo de caixa de atividades operacionais, que já se encontrava estagnado, agora tende a decrescer devido ao fato de as empresas que chegaram nesse estágio terem falhado com as expectativas de mercado, não conseguirem atender as demandas dos clientes, não conseguirem reduzir custos ou ainda vivenciarem dificuldades relacionadas ao setor operacional da entidade. Dessa forma, padrão de fluxo de caixa operacional torna-se negativo e os demais se mantêm positivos devido aos padrões de práticas da entidade em ciclos passados e a tentativa de reverter o quadro operacional através da captação de recursos de terceiros.

Em último momento, ao falhar em reverter o quadro inicial no setor operacional que caracteriza o Declínio (*Decline*), além de se manter o fluxo de caixa negativo para atividades operacionais, se mantém o mesmo para atividades de financiamento, tendo em vista a indisponibilidade de novos recursos para suprir o custo de capital de terceiros. O padrão de fluxo de caixa de investimentos segue positivo, devido aos investimentos adquiridos e realizados em outros ciclos, entretanto, ao chegar a esse

ponto, a entidade apresenta uma situação crítica a ponto de sua continuidade estar em risco.

O Quadro 1 evidencia, de forma resumida, essa resposta dos fluxos de caixa mencionados para cada um dos ciclos organizacionais citados.

QUADRO 1 - PADRÕES DE FLUXO DE CAIXA POR CICLO DE VIDA ORGANIZACIONAL

	1	2	3	4	5	6	7	8
	Nascimento	Desenvolvimento	Maturidade	Turbulência	Turbulência	Turbulência	Declínio	Declínio
Tipo de Fluxo de Caixa								
Fluxo de caixa de atividades operacionais	-	+	+	-	+	+	-	-
Fluxo de caixa de atividades de investimento	-	-	-	-	+	+	+	+
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	+	+	-	-	+	-	+	-

Fonte: Adaptado de Dickinson (2010).

Segundo o modelo de Dickinson (2010), as empresas que se encontram no estágio de ciclo de vida do nascimento, caracterizado por apenas uma fase, apresentam um fluxo de caixa de atividades operacionais e de investimento negativos, ao passo em que o fluxo de caixa das atividades de financiamento é positivo. Isso se deve ao fato de que as empresas que se encontram nesse estágio realizam uma série de novos investimentos a fim de expandir e estabilizar a área de cobertura de seu negócio, começam a captar os primeiros clientes desejados e tomam parte do capital de terceiros para financiar suas atividades, a fim de reduzir o custo de capital necessário à continuidade das operações, o que associa o referido estágio a uma fase de incertezas acerca das operações e capacidade de pagamento de obrigações futuras (FREZATTI *et al*, 2017).

O ciclo do desenvolvimento, segundo o modelo, é marcado pelos fluxos de caixa de atividades operacionais e de atividades de financiamento positivos, e em contrapartida, apresenta fluxos de caixa de atividades de investimento negativos, representando as primeiras entradas de caixa e resultados operacionais positivos, por meio do início de um processo de consolidação do público alvo, da aquisição de capacidade de pagamento de obrigações pelas empresas e dos consistentes investimentos realizados a fim de estabilizar resultados operacionais positivos, expandindo o público alvo das empresas e melhorando a eficiência dos processos operacionais.

A maturidade, considerada o terceiro estágio de ciclo de vida organizacional do modelo, apresenta fluxos de caixa de atividades operacionais positivo e de atividades de investimento e financiamento negativos, o que representa o limite de crescimento das empresas, que neste momento visam manter suas atividades operacionais, tomam capital de terceiros a fim de reduzir o custo de capital e continuam realizando investimentos a fim de garantir diversificação de rendimentos futuros.

De acordo com o modelo de Dickinson (2010), o estágio da turbulência apresenta três fases, em que:

Na primeira fase, ambos os fluxos de caixa de atividades operacionais, de financiamento e de investimento apresentam valores negativos, o que representa um momento de dificuldade representado pela redução da capacidade de crescimento da empresa, tendo em vista que a empresa já atingiu seu limite de crescimento e continua tomando capital de terceiros a fim de reduzir o uso do capital mais oneroso para a empresa (geralmente, o capital próprio), e continua realizando investimentos, a fim de salvaguardar seus resultados em períodos subsequentes.

Na segunda fase, todos os fluxos de caixa (atividades operacionais, financiamento e investimento) são positivos, o que indica um momento de recuperação operacional da entidade, o que reflete nos aspectos de atividades de financiamento, tendo em vista que a entidade se ocupa capital de terceiros em menores proporções e, as atividades de investimento começam a gerar os primeiros ganhos financeiros devido aos investimentos realizados em estágios anteriores, o que garante uma maior folga orçamentária na entidade.

Na terceira fase da turbulência, apenas os fluxos de caixa de atividades de financiamento voltam a ser negativos, o que indica a retomada de capital de terceiros em maiores proporções para manter um custo de capital adequado à estrutura da entidade.

O declínio, considerado o último estágio do modelo proposto pelos pesquisadores, apresenta duas fases, em que:

A primeira fase se caracteriza pelo fluxo de caixa de atividades de investimento negativos e o fluxo de caixa de atividades de investimento e financiamento positivos, o que indica dificuldades na manutenção das operações da entidade concomitantes com o recebimento de numerários advindos de investimentos realizados em estágios anteriores e sua utilização para cobrir obrigações financeiras da empresa com terceiros.

E, finalmente, a segunda fase do declínio se caracteriza pelo aumento posterior dessas dificuldades operacionais, o que indica incertezas de continuidade operacional da entidade, sendo representado pelos fluxos de caixa de atividades operacionais e de financiamento negativos. O fluxo de caixa de atividades de investimento permanece positivo, tendo em vista investimentos anteriores para diversificar rendimentos.

Os estudiosos sobre ciclo de vida organizacional divergem sobre o número de estágios de ciclos de vida, entretanto ao se analisar detalhadamente os estudos e a composição dos processos definidos por cada autor, pode-se chegar a um consenso em termos conceituais, em que autores que definem menos estágios de ciclo de vida das organizações consideram que uma maior quantidade de eventos ocorrem em um mesmo estágio de vida da entidade.

Em comparação com estudos anteriores, como o de Wang e Sing (2010), o de Lima *et al* (2015), é cabível destacar que os ciclos de vida considerados divergem em termos de nomenclatura, porém em termos conceituais abrangem características similares aos ciclos de vida considerados para a realização deste estudo, a partir do modelo de Dickinson (2010). Em algumas obras, como a de Frezatti *et al* (2017), os pesquisadores ainda consideram mais um estágio de ciclo de vida, denominado de Rejuvenescimento. Para estes casos, os fluxos de caixa que farão parte de uma série de obrigações das empresas e, adicionalmente, dos honorários de auditoria, passam a atender uma série de decisões estratégicas a fim de reassumir boas posições no mercado (FREZATTI *et al*, 2017).

O Quadro 2 apresenta os ciclos de vida organizacional na perspectiva de alguns autores e confronta algumas das características apontadas por esses estudiosos.

(continua)

Quadro 2 – Estudos de estágios de ciclo de vida

Autor	Estágios	Forma de Identificação dos Estágios
Dickinson (2010)	Nascimento, Desenvolvimento, Maturidade, Turbulência e Declínio	Demonstração de Fluxo de Caixa, segregada em fluxo de caixa operacional, de investimento e de financiamento

(conclusão)

Quadro 2 – Estudos de estágios de ciclo de vida

Beuren (2015)	Nascimento, Crescimento, Maturidade, Rejuvenescimento e Declínio	Atributos de Contabilidade Gerencial: Tamanho da entidade, Estrutura Organizacional, Nível de Governança Corporativa, Processamento de dados etc.
Frezatti <i>et al</i> (2017)	Nascimento, Crescimento, Maturidade, Rejuvenescimento e Declínio	Modelo proposto por Lester <i>et al</i> (2003), que propõe: Situação (Perspectivas Gerais da Organização), Métodos de Tomada de Decisão e Estrutura Organizacional
Wang e Sing (2010)	Nascimento, Crescimento, Maturidade e Declínio	Contingências Organizacionais: Tempo de vida da empresa, Tamanho, Diversificação, Inovação e Performance de Mercado
Souza, Necyk e Frezatti (2008)	Nascimento, Crescimento, Maturidade, Rejuvenescimento e Declínio	Modelo proposto por Miller e Friesen (1984): Situação, Estrutura Organizacional, Inovação e Estratégia
Lima <i>et al</i> (2015)	Nascimento, Maturidade e Declínio	Depuração de uma variedade de modelos propostos que sintetizou as variáveis: Despesas de Capital, Crescimento das Vendas, <i>Payout</i> de Dividendos e Idade

Fonte: Elaboração Própria Baseada na Literatura Pesquisada (2019)

Conforme o exposto pelo Quadro 2, a não ocorrência do consenso acerca dos estágios de ciclo de vida organizacional é verificada. Dickinson (2010) considera um modelo de padrões de fluxo de caixa operacionais, de investimento e de financiamento obtidos por meio das demonstrações de fluxos de caixa como fator de identificação dos estágios. Por outro lado, Beuren (2015), adota componentes da área da contabilidade gerencial para identificar os estágios.

O mesmo ocorre com os estudos de Wang e Sing (2010), que não expõem o estágio de turbulência ou rejuvenescimento, entretanto, através das variáveis consideradas pelos pesquisadores, é possível perceber que a conjuntura dos estágios apresenta conceitos similares com demais pesquisadores.

Adicionalmente, é perceptível que outros pesquisadores consideram os mesmos estágios de ciclo de vida, porém adotam modelos de variáveis distintos para representar os ciclos, o que não provoca mudanças conceituais em cada pesquisa, tendo em vista que as variáveis, apesar de distintas, apresentam conceitos similares, como é o caso de Beuren (2015), Frezatti *et al* (2017) e Souza, Necyk e Frezatti (2008).

Nesse sentido, os estudos de Lima *et al* (2015) destacam-se por haverem realizado uma depuração de uma variedade de modelos anteriormente propostos e, através do confronto de diretrizes de cada modelo, sintetizarem novas variáveis para a identificação e tratamento dos estágios de ciclos de vida organizacionais.

Apesar da existência de variados modelos para identificação dos ciclos de vida organizacional, em função dos propósitos para os quais o presente estudo está direcionado, elegeu-se o modelo de Dickinson (2010), principalmente por permitir que a identificação das etapas do ciclo de vida organizacional se dá pela Demonstração do Fluxo de Caixa, que é publicamente disponível, sendo compatível, portanto, com os procedimentos metodológicos estabelecidos.

2.2 HONORÁRIOS DE AUDITORIA

Os honorários de auditoria fazem parte do planejamento de auditoria, sendo entendidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TA ESTRUTURA CONCEITUAL como uma estimativa do valor a ser pago aos auditores externos, considerando todos os riscos inerentes ao exercício de auditoria, a complexidade da execução dos trabalhos e as horas demandadas para a prestação do serviço. A importância do estudo sobre os honorários de auditoria pelo impacto que pode exercer nas empresas, uma vez que a legislação brasileira, na qual a lei nº 6404/76 em conjunto com a lei nº 11638/07 determinam que todas as empresas consideradas de grande porte ficam obrigadas a contratar auditoria externa para auditar as demonstrações contábeis.

Segundo a lei nº 6404/76, em seu artigo 177,

“As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e serão obrigatoriamente submetidas a auditoria por auditores independentes nela registrados.”

Para o caso da definição e obrigatoriedade da contratação de serviços de auditoria, verifica-se, no texto legislativo, que:

“Art. 3º Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).” (Lei nº 11638 de 2007).

A partir do exposto, é possível perceber a importância da inclusão dos honorários de auditoria como variável deste estudo, tendo em vista que a obrigatoriedade, conforme descrito em lei, se deve para fins de asseguuração (NBC TA 200 – R1) de dados contábeis ao tratar com empresas com grandes numerários em transações, ativos, passivos e resultados. A obrigatoriedade prevista, deve-se também a um esforço conjunto do Estado e dos componentes de mercado, que visa a prevenção de escândalos contábeis anteriormente ocorridos, como nos casos da Enron e WorldCom, nos Estados Unidos e da Toshiba, no Japão.

Dessa forma, os Honorários de Auditoria são a expressão do quantitativo a ser pago aos auditores externos por seus serviços, podendo ser determinados, segundo os postulados da NBC TA 200 – R1, por variáveis internas, como o número de horas despendidas para a realização do serviço, os riscos inerentes ao exercício da prática de auditoria na entidade específica, os custos e dispêndios inerentes à realização do serviço, a complexidade processual da entidade e os mecanismos de governança corporativa já presentes na entidade (que facilitam a captação de dados que viabilizarão o exercício de auditoria).

2.3 ESTUDOS RELACIONADOS AOS HONORÁRIOS DE AUDITORIA

Os fatores determinantes dos honorários dos auditores independente são alvo de estudos diversos, dentre estes o de Brighenti, Degenhart e Cunha (2016), que

estudaram a relação do exercício de auditoria independente com a determinação de honorários a serem pagos aos auditores e fatores diversos envolvidos na determinação destes valores, tais como o tamanho das entidades a serem auditadas, riscos inerentes, complexidade de transações operacionais e outros fatores ligados aos procedimentos de controle interno das entidades. O estudo desses pesquisadores concluiu que os serviços de não auditoria (serviços de consultoria prestados, por exemplo), o tamanho da empresa auditada, a existência do comitê de auditoria e o fator *Big Four* representam variáveis de influência no valor dos honorários de auditoria. Uma das variáveis que apresentou destaque nesse sentido, foi o comitê de auditoria, pois o cumprimento de suas exigências no tocante ao exercício de auditoria independente poderia demandar maiores ou menores horas de auditoria, impactando diretamente no somatório de horários de auditoria.

Brighenti, Degenhart e Cunha (2016) incluíram dois novos fatores aos honorários de auditoria, o que os pesquisadores definiram como “fatores de complexidade”, anteriormente propostos por Jaramilo, Benau e Grima (2012) e Firth (1997); Hoitash; Markelevich; Barragato (2007) e Naser e Nuseibh (2007), englobando índices econômicos relacionados à capacidade de pagamento e o número de subsidiárias das entidades auditadas.

Castro, Peleias e Silva (2015), apontam que os valores destinados aos honorários de auditoria estão relacionados com a percepção de usuários de demonstrações e pareceres de auditoria em relação à capacidade de assecuração da informação através do uso de técnicas de auditoria, isto é, a capacidade de identificação de falhas de controle interno frente ao ambiente competitivo e complexo enfrentado pelas empresas. Castro, Peleias e Silva (2015) incluíram como um dos fatores estudados a qualificação técnica dos auditores da equipe de realização de auditoria em seu cliente e o fator *Big Four*, isto é, se a empresa que realizará a auditoria é uma *Big Four* ou não, sendo um dos fatores que para este estudo apresentou relação positiva com os honorários.

Não se limitando ao escopo nacional e da BM&FBOVESPA, os achados de Borges, Nardi e Silva (2017) apontam que a relação das variáveis internas como o tamanho do cliente de auditoria, o nível de governança corporativa e a alavancagem financeira juntamente com o fator de gerenciamento de resultados impactam na determinação de honorários de auditoria. Os resultados desta pesquisa, contemplaram fenômenos correlatos em relação aos determinantes de honorários não

apenas no Brasil, mas na Austrália, Bangladesh, Noruega, Bahrein, Inglaterra, Jordânia, Kuwait, EUA, Malásia, Nigéria, Abu Dhabi, Itália e Indonésia.

Nesta perspectiva, observa-se que os estudos de Castro, Peleias e Silva (2015); Borges, Nardi e Silva (2017); Jaramilo, Benau e Grima (2012) e Firth (1997) sobre honorários dos auditores independentes apontam para a importância das informações prestadas pelos serviços de auditoria, seus fatores legais e nível de qualificação exigida no Brasil para a obtenção do credenciamento de auditor independente.

É tamanha a importância das informações prestadas pela auditoria que, no Brasil, o exercício de auditoria independente é fiscalizado por três entidades, a saber: a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e o Banco Central do Brasil (BACEN), em que cada uma delas atua em seu segmento respectivo de auditoria. O seguinte trecho expõe a perspectiva da Comissão de Valores Mobiliários acerca da importância do exercício de auditoria independente:

“O Auditor Independente exerce papel fundamental para assegurar credibilidade às informações financeiras de determinada entidade, ao opinar se as demonstrações contábeis preparadas pela sua administração representam, em todos os aspectos relevantes, sua posição patrimonial e financeira.” (Comissão de Valores Mobiliários – CVM)

Cada uma dessas agências reguladoras possui um arcabouço de instruções normativas que disciplinam o exercício de auditoria independente no Brasil e estabelecem a qualificação técnica requerida para os profissionais que a exercerão. Dessa forma, ressalta-se a relação apontada nos estudos de Castro, Peleias e Silva (2015) em que a qualificação técnica dos auditores com a percepção de mercado acerca da importância dos serviços de auditoria, impactam diretamente em seus honorários.

Adicionalmente, destaca-se que a NBC PA 290 (R2), em seus itens de número 220 a 227, estabelece critérios técnicos para a determinação de honorários de auditoria independente, tendo em vista os riscos associados ao exercício de auditoria independente e as salvaguardas para reduzi-los a níveis suficientemente aceitáveis ou eliminação desses riscos.

O Quadro 3 indica, de forma resumida, os principais tópicos abordados em cada um dos itens, que tratam dos critérios estabelecidos pela NBC PA 290 (R2) para os honorários de auditoria e riscos associados a esses honorários, evidenciando um

nicho de situações em que distintos honorários podem afetar a firma de auditoria, de forma a propiciar margem para os riscos associados que podem comprometer a auditoria independente ou requerer salvaguardas para a eliminação dos riscos ou sua redução a um nível suficientemente aceitável.

Quadro 3 – Honorários de auditoria segundo a NBC PA 290 (R2)

Item	Descrição
220 e 221	Tamanho relativo dos honorários
222	Clientes de auditoria que são de interesse público
223	Honorários vencidos
224 a 227	Honorários Contingentes

Fonte: Elaboração própria baseada na NBC PA 290 (R2) (2019)

De acordo com os itens 220 e 221 da NBC PA 290, o tamanho relativo dos honorários e a dependência do cliente pela firma de auditoria podem constituir ameaças de intimidação e interesse próprio.

A importância dessas ameaças depende de três fatores, a saber: estrutura operacional da firma, isto é, a capacidade da firma de auditoria em honrar com suas obrigações relacionadas à atividade operacional; Se a firma é recém-criada ou bem estabelecida, pois de acordo com o ciclo de vida organizacional da entidade, o processo de tomada de decisão pode ser afetado (WANG; SING, 2010; MILLER; FRIESEN, 1983; FREZATTI et al, 2017); A importância do cliente para a firma de auditoria em termos qualitativos e quantitativos, isto é, os relacionamentos dos clientes de auditoria com a firma que realiza a auditoria independente e a relevância dos honorários a serem pagos à firma de auditoria.

Os referidos itens 220 e 221 da norma destacam como salvaguardas aplicáveis nesse sentido a redução da dependência do cliente, isto é, a adoção de medidas que minimizem a proporção dos honorários de cliente específico em detrimento dos ganhos totais da firma; Revisões externas de qualidade, permitindo aos auditores verificarem se a empresa adota controles de qualidade suficientes para a asseguuração de informações através de uma visão profissional externa; Consultoria externa, isto é,

revisão dos trabalhos de auditoria independente para atestar a asseguaração de informações a um nível suficientemente aceitável.

O item 222 da norma técnica trata de clientes de auditoria que são entidades de interesse público. Nessa situação, caso o emissor dos relatórios de auditoria (firma de auditoria) seja ele próprio por dois anos consecutivos e o valor dos honorários a serem pagos à firma de auditoria configurem quantia superior a 15% do total dos honorários a serem recebidos, a firma de auditoria deverá informar aos responsáveis pela governança corporativa acerca de sua situação e adotar duas salvaguardas.

Tais salvaguardas são: contratar ou solicitar ao cliente de auditoria que contrate um auditor independente que não faça parte da firma de auditoria, para que o mesmo faça um controle de qualidade acerca do relatório emitido pela firma de auditoria ou; Contratar ou solicitar ao cliente de auditoria que contrate um auditor independente não vinculado à firma de auditoria ou órgão regulador que execute uma revisão de qualidade sobre o relatório anteriormente emitido.

Adicionalmente, o item 222 destaca que a firma de auditoria deve avaliar se, no caso dos honorários representarem um valor superior a 15% do total de honorários a serem recebidos, uma revisão pós-emissão de qualidade poderia se configurar como uma salvaguarda que reduza os riscos associados à auditoria a um nível suficientemente aceitável.

O item 223 da norma trata dos honorários vencidos, em que há a possibilidade de se configurar ameaça de interesse próprio caso os honorários de auditoria devidos assim o permaneçam por um tempo considerável. Espera-se que os honorários sejam pagos antes mesmo da emissão do relatório de auditoria, entretanto, se assim não ocorrer, a norma aponta que uma salvaguarda apropriada seria a contratação de auditor independente não participante da firma de auditoria a fim de realizar revisão de controle de qualidade nos relatórios emitidos.

Os itens 224 a 227 tratam de honorários contingentes, em que os honorários se configuram como tal quando são calculados através de um valor pré-determinado e relacionado aos resultados operacionais do cliente de auditoria.

Entretanto, honorários que se configurem como contingentes podem criar ameaça de interesse próprio a um nível alto o suficiente para que nenhuma salvaguarda possa ser utilizada a fim de reduzir ou eliminar o risco a um nível suficientemente aceitável.

Isso também ocorre nos casos de serviços de não-asseguração (consultorias ou demais serviços). Dessa forma, acordos que contenham esses termos, segundo a norma, não devem ser aceitos.

Através do exposto, verifica-se que a prerrogativa da fixação do honorário de auditoria é do auditor independente e que, segundo a NBC PA 290, esta fixação e seus detalhes devem obedecer princípios éticos e devem ser observadas todas as características dos clientes de auditoria relacionadas a estes honorários, para que se evite a perda da independência do auditor em relação a seus clientes.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa assume a característica de ser descritiva, documental e de levantamento, com abordagem predominantemente quantitativa. Segundo Gil (2002), o objetivo de pesquisas descritivas é descrever fatores que caracterizam uma população, evento ou associar variáveis. Dessa forma, esta pesquisa é descritiva, pois procurará estudar os ciclos de vida organizacionais e os honorários de auditoria a fim de encontrar a relação que pode haver entre eles.

De acordo com Gil (2002), a pesquisa documental se baseia não apenas em documentos de caráter científico, mas que podem ser retrabalhados como tal. Dessa forma, a presente pesquisa assume a característica documental, pois se baseia não apenas em pesquisas anteriormente desenvolvidas por diversos pesquisadores, mas também por documentos publicados pelas entidades estudadas, tais como: formulários de referência, para a obtenção de dados dos honorários de auditores; demonstração de fluxos de caixa, para identificar os estágios de ciclo de vida organizacional; Relatório de Auditores Independentes, para abordar os tipos de parecer e seus respectivos prazos de emissão.

A abordagem quantitativa se dá pelo uso da estatística descritiva para tratamento das variáveis selecionadas para o estudo e possibilitar a realização das análises necessárias.

Reitera-se que este estudo adotou a perspectiva do modelo de Dickinson (2010), não classificando as empresas por sua idade e sim por características associadas aos fluxos de caixa de cada uma das empresas da amostra.

3.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O período de análise de documentos considerado para este estudo foi o de 2018, selecionado em virtude de que a partir de 2016 o novo formato do relatório dos auditores independentes (RAI) passou a vigorar, portanto, o estudo se iniciou a partir do terceiro ano de adoção do novo formato do RAI.

A população considerada por este estudo será o agrupamento de empresas de consumo cíclico listadas na B3. A amostra corresponde a 65 empresas de consumo

cíclico, como empresas dos ramos de restaurante, automóveis, aluguel de carros e hotéis, viabilizando a coleta de dados a serem utilizados para a realização deste estudo.

O motivo associado à escolha das empresas de consumo cíclico está nos riscos de auditoria, pois muitas das empresas desse setor apresentam maior potencial de incertezas acerca da continuidade de suas operações, na aplicabilidade de suas políticas contábeis e, conseqüentemente apresentam níveis diferenciados de governança corporativa, o que pode provocar riscos elevados para a auditoria independente, resultando em uma propensão histórica considerável de pareceres com ressalvas (NETO, 2018).

Atualmente estão listadas na B3 80 empresas de consumo cíclico, representando, portanto, a população do presente estudo. A amostra estudada totalizou 65 empresas, devido ao fato destas empresas apresentarem maior tendência histórica em apresentarem um parecer com opinião modificada, principalmente devido aos efeitos de sazonalidade e incertezas acerca da continuidade operacional.

O quadro 4 evidencia a relação dessas empresas e o segmento específico dos quais estão inseridas e, além disso, relaciona as empresas aos respectivos níveis de governança corporativa por ramo. O ramo predominante na amostra é o de empresas resultantes de incorporações do setor da construção civil e o nível de governança corporativa predominante é o de companhias de Novo Mercado.

(continua)

Quadro 4 – Empresas de consumo cíclico listadas na B3

ID	Nome da empresa	Ramo	Segmento
1	IOCHPE MAXION S.A. (IOCHP-MAXION)	Automóveis e Motocicletas	NM
2	MAHLE-METAL LEVE S.A. (METAL LEVE)		NM
3	PLASCAR PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS S.A. (PLASCAR PART)		
4	MAGAZINE LUIZA S.A. (MAGAZ LUIZA)	Comércio - Eletrodomésticos	NM
5	VIA VAREJO S.A. (VIAVAREJO)		NM
6	WHIRLPOOL S.A. (WHIRLPOOL)		
7	B2W - COMPANHIA DIGITAL (B2W DIGITAL)	Comércio - Produtos Diversos	NM
8	GRUPO SBF S.A. (CENTAURO)		NM
9	LOJAS AMERICANAS S.A. (LOJAS AMERIC)		N1
10	SARAIVA LIVREIROS S.A. - Recup. Jud. (SARAIVA LIVR)		N2

(continuação)

Quadro 4 – Empresas de consumo cíclico listadas na B3

1	AREZZO INDUSTRIA E COMÉRCIO S.A. (AREZZO CO)	Comércio - Tecido, Vestuário e Calçados	N
1			M
1	CEA MODAS S.A. (CEA MODAS)		N
2			M
1	GRAZZIOTIN S.A. (GRAZZIOTIN)		
3			
1	GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. (GUARARAPES)		
4			
1	LOJAS RENNER S.A. (LOJAS RENNER)	Construção Civil - Incorporações	N
5			M
1	MARISA LOJAS S.A. (LOJAS MARISA)		N
6			M
1	RESTOQUE COMÉRCIO E CONFECÇÕES DE ROUPAS S.A. (LE LIS BLANC)		N
7			M
1	CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. (CONST A LIND)		
8			
1	CONSTRUTORA TENDA S.A. (TENDA)		N
9			M
2	CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. (CR2)		N
0			M
2	CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREEND E PART (CYRELA REALT)		N
1			M
2	DIRECIONAL ENGENHARIA S.A. (DIRECIONAL)		N
2			M
2	EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A. (EVEN)		N
3			M
2	EZ TEC EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES S.A. (EZTEC)		N
4			M
2	GAFISA S.A. (GAFISA)		N
5			M
2	HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A. (HELBOR)		N
6			M
2	INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A. (INTER SA)		M
7			A
2	JHSF PARTICIPAÇÕES S.A. (JHSF PART)		N
8			M
2	JOAO FORTES ENGENHARIA S.A. (JOAO FORTES)		
9			
3	MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A. (MRV)		N
0			M
3	PDG REALTY S.A. EMPREEND E PARTICIPAÇÕES (PDG REALT)		N
1			M
3	RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A. (RNI)		N
2			M
3	ROSSI RESIDENCIAL S.A. (ROSSI RESID)		N
3			M
3	TECNISA S.A. (TECNISA)		N
4			M
3	TRISUL S.A. (TRISUL)		N
5			M
3	VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A. (VIVER)		N
6			M

(continuação)

Quadro 4 – Empresas de consumo cíclico listadas na B3

37	CIA LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS (LOCAMERICA)	Diversos - Aluguel de Carros	N
8	LOCALIZA RENT A CAR S.A. (LOCALIZA)		M
39	MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS (MAESTROLOC)		M
40	MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A. (MOVIDA)		A
41	UNIDAS S.A. (UNIDAS)		N
42	SMILES FIDELIDADE S.A. (SMILES)	Diversos - Programas de Fidelização	M
43	BAHEMA EDUCAÇÃO S.A. (BAHEMA)	Diversos - Serviços Educacionais	M
44	COGNA EDUCAÇÃO S.A. (COGNA ON)		A
45	MUNDIAL S.A. - PRODUTOS DE CONSUMO (MUNDIAL)	Tecidos, Vestuário e Calçados - Acessórios	N
46	ALPARGATAS S.A. (ALPARGATAS)	Tecidos, Vestuário e Calçados - Calçados	1
47	GRENDENE S.A. (GRENDENE)		N
48	CIA FIAÇÃO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA (CEDRO)	Tecidos, Vestuário e Calçados - Fios e Tecidos	M
49	CIA TECIDOS NORTE DE MINAS COTEMINAS (COTEMINAS)		1
50	DOHLER S.A. (DOHLER)		
51	EMPRESA NAC COM REDITO PART S.A. ENCORPAR (ENCORPAR)		
52	KARSTEN S.A. (KARSTEN)		
53	PETTENATI S.A. INDUSTRIA TEXTIL (PETTENATI)		
54	SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. (SPRINGS)		N
55	TEKA-TECELAGEM KUEHNRIK S.A. (TEKA)		M
56	TEXTIL RENAUXVIEW S.A. (TEX RENAUX)		
57	CIA HERING (CIA HERING)	Tecidos, Vestuário e Calçados - Vestuário	N
58	UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A. (UNICASA)	Utilidades Domésticas - Móveis	M
59	NADIR FIGUEIREDO E IND E COM S.A. (NADIR FIGUEI)	Utilidades Domésticas - Utensílios Domésticos	
60	SMARTFIT ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA S.A. (SMART FIT)	Viagens e Lazer - Atividades Esportivas	M
61	BICICLETAS MONARK S.A. (BIC MONARK)	Viagens e Lazer - Bicicletas	2
62	MANUFATURA DE BRINQUEDOS ESTRELA S.A. (ESTRELA)	Viagens e Lazer - Brinquedos e Jogos	

(conclusão)

Quadro 4 – Empresas de consumo cíclico listadas na B3

63	SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS)	Viagens e Lazer - Produção de Eventos e Shows	
64	T4F ENTRETENIMENTO S.A. (TIME FOR FUN)		NM
65	CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A. (CVC BRASIL)	Viagens e Lazer - Viagens e Turismo	NM

Fonte: Elaboração própria com base nos dados pesquisados (2020)

Esclarece-se que 15 empresas foram excluídas do processo de análise devido ao fato de que as informações referentes a 12 dessas empresas não estavam disponíveis nas bases de dados da B3, tampouco nas bases institucionais ou da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demais excluídas além das 12 empresas citadas, já haviam tido seus dados considerados na análise, e foram excluídas por vício de dados (participação em mais de um ramo de consumo cíclico).

3.3 VARIÁVEIS DE ESTUDO

As variáveis coletadas dos documentos e pesquisas descritos no item 3.1 estão evidenciadas no quadro 5. Os documentos foram coletados em janeiro de 2020 através do *site* da B3 e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Quadro 5 – Variáveis do estudo

Variável	Fonte
Ciclo de Vida Organizacional	Demonstração de Fluxo de Caixa
Valor dos Honorários dos Auditores Independentes	Formulário de Referência
Tipo de Parecer de Auditoria	Relatório dos Auditores Independentes
Data de Emissão do Relatório dos Auditores	
Assuntos sobre Riscos de Distorção Relevante Mencionados nos Relatórios	

Fonte: Elaboração própria (2019)

O tratamento das variáveis do ciclo de vida organizacional se baseou no modelo de Dickinson (2010), pelo qual foram analisados os elementos do estágio de ciclo de vida da entidade e seus fluxos de caixa a fim de identificar o ciclo de vida correspondente a esses elementos.

O valor dos honorários dos auditores independentes teve como base as informações constantes nos formulários de referência, pareceres emitidos pelos auditores independentes acerca das circunstâncias da execução de auditoria no cliente em questão e a complexidade do negócio do cliente de auditoria (o que determina as horas de serviço demandadas) para viabilizar a emissão do parecer.

As demais variáveis constaram nos relatórios emitidos por auditores independentes (RAIs), nos quais estão evidenciados os assuntos mencionados e que impactaram na realização dos trabalhos de auditoria das entidades auditadas, o tipo de opinião emitida e a data de publicação das informações.

As informações referentes aos formulários de referência e pareceres de auditoria independente constam no Apêndice B deste estudo.

4 DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Após coleta dos dados conforme descrito na metodologia, foi possível construir quadros e tabelas, cujas análises que se seguem forneceram os subsídios necessários ao atendimento dos objetivos propostos neste estudo.

4.1 DESCRIÇÃO DO CICLO DE VIDA DA AMOSTRA E DAS VARIÁVEIS ESTUDADAS

Para descrição do ciclo de vida organizacional, reitera-se que, para a construção de todas as tabelas presentes neste estudo, a classificação das empresas em cada ciclo de vida organizacional atendeu aos postulados do modelo de Dickinson (2010).

A relação de fluxos de caixa de atividades operacionais, de investimento e financiamento correspondentes a cada uma das 65 empresas analisadas está disponível no Apêndice A deste estudo

Inicialmente, elaborou-se a tabela 1, na qual foi evidenciado o quantitativo das empresas analisadas e seu estágio de ciclo de vida organizacional correspondente, bem como o número médio de membros no Conselho de Administração e quantas empresas foram auditadas por *Big Four*.

Tabela 1 - Quantidade de Empresas segregada por ciclo, por membros e por fator big four

Ciclo de Vida Organizacional	Qte. Empresas		N.º médio de membro do Conselho	Qte. de empresas auditadas por <i>Big four</i>	
	Qte.	(%)		Qte.	(%)
Nascimento	12	18,46	5,58	6	9,23
Desenvolvimento	11	16,92	5,64	6	9,23
Maturidade	25	38,46	4,16	19	29,23
Turbulência	9	13,85	6,78	8	12,31
Declínio	8	12,31	3,50	3	4,62
Total	65	100	-	42	64,62

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Com base na tabela 1, observa-se que o ciclo de vida organizacional predominante é a Maturidade, agregando parcela expressiva de empresas auditadas por *Big Four*. Das 65 empresas integrantes da amostra, quase 65% foram auditadas

por uma das *Big Four* em 2018. Este fator pode ser relacionado às complexidades associadas ao exercício de auditoria independente durante o estágio da Maturidade.

As empresas que se encontram na maturidade não possuem mais expectativas de grandes crescimentos em sua estrutura operacional e visam manter-se competitivas frente aos concorrentes no mercado em que se inserem. Além disso, realizam investimentos e diversificam seus fluxos de caixa, através de aplicações financeiras ou aquisições de quotas de participações em outras empresas (SOUZA; NECYK; FREZATTI, 2008; FREZATTI *et al*, 2017; WANG; SING, 2010).

Devido a estes fatores, empresas inseridas neste ciclo de vida organizacional parecem apresentar maiores tendências a reduzir o número de membros do conselho, como forma de realocação de recursos, recorrer à novas estratégias de mercado a fim da manutenção de sua competitividade e as estruturas organizacionais dessas empresas, de modo geral são mais complexas, com decisões menos centralizadas, visando a eficiência e eficácia de processos internos (FREZATTI *et al*, 2017; BEUREN, 2015).

A amostra analisada possibilitou identificar, adicionalmente, que dentre as empresas analisadas, havia um número considerável de empresas nos estágios de Nascimento e Desenvolvimento (12 e 11, respectivamente) com médias similares de membros do conselho e um número similar de empresas que recorreram às *Big Four* para a execução de auditoria independente.

No nascimento e desenvolvimento, conforme a literatura pesquisada, há fortes interesses em se consolidar frente ao mercado competitivo e aos possíveis acionistas, mesmo com as dificuldades já conhecidas enfrentadas durante ambos os estágios, como já apresentado no tópico 2 deste estudo.

Em relação ao estágio da Turbulência, verifica-se uma média maior de membros no conselho e números similares aos do estágio do Nascimento e Desenvolvimento em relação ao quantitativo de empresas auditadas por *Big Four*, ilustrando os esforços das empresas em construir uma administração que responda prontamente às tendências de mercado e com grande eficiência em seus processos, a fim de garantir a continuidade de seus negócios e gerar maiores folgas orçamentárias (FREZATTI *et al*, 2017; SOUZA; NECYK; FREZATTI *et al*, 2008; COSTA *et al*, 2017).

Finalmente, em relação ao Declínio, percebe-se um menor número de recursos destinados à realização de auditoria independente mediante *Big Four*. Este fato pode

decorrer das grandes dificuldades financeiras e das incertezas de continuidade operacional vivenciadas pelas empresas localizadas neste estágio de ciclo de vida, podendo justificar também o menor número de membros no conselho de administração encontrado na amostra.

Em relação ao tipo de opinião emitida pelos auditores independentes em cada componente da amostra deste estudo, elaborou-se a tabela 2. Verificou-se a ocorrência de apenas 5 casos de modificação de opinião, sendo em apenas uma empresa verificou-se abstenção de opinião e nas demais a opinião foi dada com ressalva.

Tabela 2 – Ciclo de vida organizacional e tipos de opinião de auditoria correspondentes

Ciclo de Vida Organizacional	Tipo de Opinião emitida pelos Auditores Independentes			
	Não modificada		Modificada	
	<i>Big four</i>	Outras	<i>Big four</i>	Outras
Nascimento	7	3	0	2
Desenvolvimento	6	5	0	0
Maturidade	18	6	1	0
Turbulência	8	1	0	0
Declínio	2	4	1	1
Total	41	19	2	3

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

As tabelas 1 e 2 evidencia as empresas por estágio de ciclo de vida, relacionando-as ao fator *Big Four* (*Big N*) e ao tipo de opinião emitida para as empresas em cada ciclo de vida organizacional.

Pela leitura das tabelas 1 e 2, percebe-se que as empresas localizadas nos estágios de Maturidade e Turbulência, tendem a recorrer com maior frequência às *Big Four* para a realização de auditoria independente, tendo em vista que das 25 empresas localizadas no estágio Maturidade, 19 empresas recorreram às *Big Four*, representando um total de 76% das empresas identificadas no estágio e que 8 das 9 empresas localizadas no estágio de Turbulência também recorreram às *Big Four*, representando 88% do total de empresas neste estágio.

Dessa forma, as empresas localizadas nos estágios Maturidade e Turbulência apresentam percentuais maiores de incidência do fator *Big Four*. Isso pode se dever, como já exposto na seção 2 deste estudo, a fatores de riscos e incertezas acerca de continuidade operacional, necessidade de captação de recursos frente ao mercado

competitivo e a ocorrência de folgas orçamentárias decorrentes de investimentos ou outras atividades complementares das entidades.

A tabela 3 expõe os tipos de opiniões emitidas pelos auditores independentes por empresas *Big Four* e demais empresas de auditoria. O tipo de opinião predominante no ano objeto de análise (2018) foi a opinião sem ressalva, o que se justifica pela elaboração das demonstrações contábeis financeiras conforme a estrutura de relatório financeiro aplicável, na opinião dos auditores responsáveis pelo trabalho.

Observa-se, ainda, na tabela 3, que apenas 40% dos RAIs que apresentaram opinião com ressalvas foram emitidos por uma das *Big Four*, enquanto as *Big N* foram responsáveis por emitir os outros 60% com ressalvas e os com abstenção de opinião.

Tabela 3 – Tipo de relatório de auditoria por quantidade de empresas estudadas

Tipos de Relatório de Auditoria por quantidade de empresas estudadas	Total dos Relatórios por tipo de opinião	Empresas			
		Qte.		% relativo	
		<i>Big Four</i>	Outras	<i>Big Four</i>	Outras
Opinião sem ressalva	59	41	18	69,49	30,51
Opinião com ressalva	5	2	3	40	60
Abstenção de opinião	1	0	1	0	100
Adversa	0	0	0	0	0
Total	65	43	22	66,15	33,85

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Outro fator de analisado na amostra consiste no prazo médio de emissão do Relatório dos Auditores Independentes (RAI). Esclarece-se que as datas de emissão dos relatórios de auditoria independente não são padronizadas e a agilidade na publicação desses pode sinalizar menor complexidade e riscos envolvidos ao exercício de auditoria independente em cada respectivo cliente de auditoria.

Dessa forma, os atrasos na emissão do RAI, podem dizer respeito a fatores como o tamanho do cliente de auditoria, a complexidade operacional e de negócios da entidade, riscos associados e estágio de ciclo de vida organizacional (BRIGHENTI; DEGENHART; CUNHA, 2016; WANG; SING, 2010; BORGES; NARDI; SILVA, 2017). Esse efeito de atrasos nas publicações de RAIs é denominado por Ganz *et al* (2019) por *Audit Delay*. A tabela 4 ilustra essas variações nas datas de publicação dos relatórios (os efeitos do *Audit Delay*) através de datas focais expressas em meses.

Tabela 4 – Audit delay por estágio de ciclo de vida das empresas estudadas

Ciclo de Vida Organizacional	Prazo médio de emissão do Relatório dos Auditores Independentes após o encerramento do exercício social					
	Não modificada			Modificada		
	Até 2 meses	No 3º mês	Após 3 meses	Até 2 meses	No 3º mês	Após 3 meses
Nascimento	1	0	9	0	0	2
Desenvolvimento	3	0	8	0	0	0
Maturidade	5	2	18	0	0	0
Turbulência	2	0	7	0	0	0
Declínio	1	0	4	0	0	3

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

De acordo com as informações apresentadas na tabela 4, nota-se que os ciclos de vida organizacionais, de forma geral, apresentam maiores números de emissão de Relatórios de Auditores Independentes após 3 meses do encerramento do exercício social auditado, representando o fenômeno do *Audit Delay* em 91,67% (11 das 12) das empresas localizadas no estágio Nascimento, seja para opinião modificada ou não modificada, enquanto que 72,73% (8 das 11) das empresas localizadas no estágio Desenvolvimento, 72% (18 das 25) das empresas no estágio Maturidade, 77,78% (7 das 9) das empresas no estágio Turbulência e, 87,50% (7 das 8) das empresas no estágio Declínio.

Foram constatados também neste estudo, corroborando com os achados de Wang e Sing (2010), Frezatti *et al* (2017) e Souza, Necyk e Frezatti (2008), que o fator *Big Four* (*Big N*) atinge grande parte das empresas estudadas e que o ciclo de vida organizacional das empresas pode afetar características pontuais de grupos de empresas, como a composição de membros no conselho de administração, por exemplo.

Nota-se, ainda, que os efeitos do *Audit Delay* são comuns a todos os ciclos de vida organizacionais, entretanto, o ciclo do nascimento apresentou maior quantitativo de empresas com *audit delay* maior que três meses, independente da opinião ter sido emitida com ou sem modificações, sinalizando maior tempo gasto nos trabalhos de campo de auditoria, uma vez que a data de emissão do RAI deve coincidir com o término dos trabalhos de campo.

Esse maior *audit delay* pode ter sido motivado por uma maior complexidade operacional, maior tamanho organizacional, incertezas de continuidade, maior risco de auditoria, dentre outros, estimulando uma investigação mais aprofundada a esse respeito em futuros estudos.

4.2 ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE OS HONORÁRIOS PAGOS AOS AUDITORES INDEPENDENTES E O CICLO OPERACIONAL DAS EMPRESAS AUDITADAS

Por meio da coleta de dados nos Formulários de Referência e nos Relatórios de Auditores Independentes das empresas da amostra e do uso de estatística descritiva, foi possível construir a tabela 5, na qual se relaciona o comportamento dos valores dos honorários pagos aos auditores independentes em cada estágio de ciclo de vida organizacional.

Tabela 5 – Honorários de auditoria independente por ciclo de vida organizacional

Ciclo de Vida Organizacional	Honorários Pagos aos Auditores Independentes			
	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Nascimento	95.277,00	8.118.800,00	1.364.646,49	2.458.523,89
Desenvolvimento	70.000,00	2.113.400,08	740.535,57	767.701,16
Maturidade	40.910,00	7.057.939,46	1.087.031,22	1.541.784,00
Turbulência	116.617,99	2.093.923,75	707.542,64	605.093,76
Declínio	41.982,00	1.330.705,26	316.438,13	425.562,85

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

A partir da análise dos dados apresentados na tabela 5, verifica-se que, em média, os maiores valores de honorários pagos estão relacionados ao ciclo de vida do Nascimento. De acordo com a literatura já apresentada na seção 2 deste estudo, este estágio é marcado por grande expansão das empresas e iniciativas de investimentos e captação de recursos, e além disso, aglomera incertezas acerca de realização de fluxos de caixa e de continuidade operacional, o que parece provocar efeito significativo nos horários de auditoria e nos prazos de publicação dos Relatórios dos Auditores Independentes, uma vez que para este ciclo também foi encontrado o maior *audit delay*, conforme comentado anteriormente.

Por outro lado, verifica-se que o estágio no qual se encontrou os menores honorários pagos aos auditores independentes corresponde ao do Declínio, com os menores valores mínimo e máximo identificados dentre todos os ciclos, assim como menor média. Tal fato também é explicado pela literatura base para este estudo, tendo em vista que as empresas localizadas neste estágio apresentam poucos recursos orçamentários para fazer frente a suas obrigações de curto e longo prazo.

Corroborando com as restrições orçamentárias enfrentadas pelas empresas no ciclo do declínio, ressalta-se que foram as empresas deste ciclo com menor percentual de auditoria *Big Four*, em que apenas 3 das 8 (37,5%) destas organizações contrataram uma das *Big Four* para auditar suas demonstrações contábeis, conforme tabelas 1 e 2.

Em relação ao desvio-padrão dos honorários pagos aos auditores independentes, verifica-se que as empresas localizadas no estágio do Nascimento e da Maturidade apresentaram os maiores desvios-padrões da amostra, evidenciando grandes variações de valores, podendo-se associar a fatores como complexidade de negócios do cliente de auditoria, tamanho da firma, riscos associados à realização de auditoria independente (FREZATTI *et al*, 2017; SOUZA; NECYK; FREZATTI, 2008; WANG; SING, 2010).

Em apenas 2 casos de empresas classificadas no estágio Nascimento, o fato de serem as primeiras auditorias delas ajuda a compreender honorários mais elevados que expressiva proporção de empresas no mesmo estágio de ciclo de vida determinado pela necessidade de auditorias minuciosas e detalhadas, aumentando a proporção de honorários e acentuando os efeitos do *Audit Delay* nessas empresas.

A tabela 6 indica os resultados relacionados às questões levantadas apresentados pelas empresas estudadas, que, em conjunto, possibilitaram a busca de evidências suficientes para balizar a determinação dos honorários.

Tabela 6 – Motivos de emissão no RAI por ciclo de vida organizacional

Motivos da emissão de opinião no RAI	Quantidade de Empresas em cada Ciclo de Vida				
	Nascimento	Desenvolvimento	Maturidade	Turbulência	Declínio
Demonstrações financeiras adequadas.	10	11	24	9	4
Estimativas e julgamentos imprecisos	0	0	1	0	0
Ocorrência de transferência de riscos contínuos em transações	0	0	0	0	1
Decisão judicial transitada em julgado após o encerramento do exercício.	1	0	0	0	0
Incerteza de continuidade operacional.	1	0	0	0	1

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados pesquisados (2020)

De acordo com os dados apresentados pela tabela 6, nota-se que situações de modificação de opinião abrangentes da amostra constituem casos pontuais descritos pela tabela, havendo pouca incidência (como foi o caso de apenas 5 empresas) de ressalvas nos relatórios dos auditores independentes.

A análise da tabela 6, em conjunto com a literatura abordada no presente estudo e, ainda, em conjunto com informações acerca dos honorários correspondentes aos casos de modificação nos RAIs evidenciados pela tabela 7 parecem evidenciar que há relação direta dos honorários de auditoria independente com os estágios de ciclo de vida organizacionais.

Tabela 7 – Honorários de auditoria independente por motivo de emissão no RAI

Motivos da emissão de opinião no RAI		Honorários Pagos aos Auditores Independentes			
		Mínimo (R\$)	Máximo (R\$)	Média (R\$)	Desvio Padrão (R\$)
Demonstrações financeiras adequadas.		40.910,00	8.118.000,00	934.715,05	1.465.085,21
Estimativas e julgamentos imprecisos.		503.600,00	503.600,00	503.600,00	0,00
Ocorrência de transferência de riscos contínuos em transações.		1.330.705,26	1.330.705,26	1.330.705,26	0,00
Decisão judicial transitada em julgado após o encerramento do exercício.		95.277,00	95.277,00	95.277,00	0,00
Incerteza de continuidade operacional.		116.040,00	116.040,00	116.040,00	0,00

Fonte: Elaboração própria baseada dos dados pesquisados (2020)

Adicionalmente, outro fator que corrobora para essa associação deriva dos riscos de auditoria (mais especificamente do risco de distorção relevante), tendo em vista que em casos de modificação de opinião nos RAIs, os riscos de auditoria tendem a ser maiores, visto que, conceitualmente, e segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) abordadas no presente estudo, distorções provocadas por incertezas na continuidade operacional, utilização de premissas e julgamentos duvidosos e alguns fatores externos como decisões judiciais ou provisões sobre fatores de risco não totalmente controláveis pelos clientes de auditoria podem elevar os riscos de auditoria, o que permite associar a um aumento no número de horas demandadas para a realização de auditoria independente (minuciosidade na auditoria) e maior complexidade de procedimentos para a execução da auditoria.

Entretanto, como já dito anteriormente, a associação aos riscos de auditoria não é o único fator cabível para explicar o aumento nos honorários, em alguns casos específicos, como no valor máximo de honorários associado a uma empresa com demonstrações financeiras adequadas, como ilustrado na tabela 7.

Dessa forma, de acordo com os dados apresentados pela tabela 7 em conjunto com informações presentes no Apêndice B deste estudo, ao se compararem os honorários de cada empresa analisada, percebe-se significativo aumento nos honorários em quase todos os estágios de ciclo de vida organizacional cujos RAIs apresentaram opinião modificada, com exceção apenas para o estágio do Declínio, tendo em vista, como já dito anteriormente, que as empresas neste estágio dispõem de menos folgas orçamentárias para fazer frente à suas obrigações de curto e longo prazo (FREZATTI *et al*, 2017).

A partir da análise das informações presentes na tabela 7 e da literatura envolta neste estudo, há evidência suficiente de que os honorários são variáveis sujeitas a uma série de fatores determinantes, como tamanho da firma, tempo de existência da firma, fator *Big Four*, entre outros. Neste estudo, observaram-se fortes indícios que classifiquem os ciclos de vida organizacional como um desse fatores determinantes. Encontrou-se no estágio do Nascimento maiores valores de honorários pagos aos auditores independentes.

Esta constatação encontra amparo na literatura apresentada, uma vez que o ciclo do Nascimento é marcado por grande incerteza acerca da realização de fluxos de caixa e há a tentativa de diversificação de investimentos a fim de criar fontes alternativas de renda para a empresa, elevando significativamente os riscos de auditoria em empresas deste estágio, o que aumenta, de acordo com a complexidade de negócios das empresas, o tempo necessário à realização de auditoria e, consequentemente, os honorários pagos aos auditores independentes.

Há diferentes estruturas organizacionais de administração das empresas para cada ciclo de vida organizacional, como apontado por Frezatti *et al* (2017), o que implica em diferentes destinações de recursos das empresas e na criação de folgas orçamentárias que sustentem o exercício de auditoria independente e; Há diferenças nos tempos de existência das firmas estudadas, o que pode impactar diretamente nos honorários, tendo em vista que, em duas empresas incluídas no estágio do nascimento foram realizadas as primeiras auditorias, que requerem um trabalho de

campo minucioso e mais demorado, elevando o valor fixado dos honorários de auditoria.

A partir da perspectiva dos ciclos de vida organizacionais, os resultados sugerem que empresas com maiores incertezas de continuidade operacional e menores folgas orçamentárias, tendem a pagar menores honorários aos auditores independentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatórios dos auditores independentes se configuraram como uma das bases de dados utilizadas por este estudo, tendo em vista a sua importância para buscar evidências que relacionassem o valor dos honorários pagos aos auditores independentes aos estágios de ciclo de vida organizacionais correspondentes a cada entidade analisada. Essas informações foram coletadas juntamente com a análise dos formulários de referência de cada uma das 65 entidades estudadas, a fim de viabilizar essa associação entre honorários e ciclos de vida.

Acerca dos dados apresentados pela amostra, em relação ao tipo de opinião de auditoria independente, verificou-se que no ano de 2018, houveram apenas 5 casos de modificação de opinião, resumindo-se em incertezas relacionadas a premissas e julgamentos da contabilidade, relacionadas à continuidade operacional das empresas, e às decisões judiciais (fatos não controlados totalmente pela entidade).

Adicionalmente, cita-se que houve forte tendência das empresas componentes da amostra em recorrer à auditoria independente realizada por *Big Four*, corroborando com estudos anteriores acerca dos efeitos do fator *Big N* sobre as empresas de capital aberto.

Acerca do objetivo geral e objetivos específicos deste estudo, verifica-se que, através do modelo de Dickinson (2010), as empresas componentes da amostra estão predominantemente incluídas no estágio de ciclo de vida organizacional da Maturidade, totalizando 25 empresas, as quais apresentaram a segunda maior média de honorários pagos, dentre as empresas da amostra.

Entretanto, foi no estágio do Nascimento que se encontrou a maior média e o maior desvio padrão dos honorários pagos por elas aos seus auditores, isto é, no nascimento foram encontrados os honorários mais caros, em média, apresentando também o maior honorário de auditoria (R\$ 8.118.000,00) da amostra. Além disto, é no estágio do nascimento que se observou maior *Audit Delay* na emissão dos Relatórios de Auditoria Independente.

Em relação às empresas localizadas nos demais estágios, Desenvolvimento, Turbulência e Declínio, houve menores desvios-padrão e menores honorários, sendo o Declínio o estágio que pagou menores honorários da amostra.

Tendo em vista todo o arcabouço teórico exposto no presente estudo, observa-se que a relação entre os honorários de auditoria independente e o ciclo de vida das empresas estudadas pode ser compreendida por fatores de complexidade de negócios, estrutura de capital, estrutura organizacional, características derivadas do conjunto de fluxos de caixa das atividades das empresas estudadas e dos princípios e normas contábeis aplicáveis no Brasil.

Do exposto, conclui-se que os resultados obtidos sinalizam para haver indícios de relação entre os honorários pagos aos auditores independentes e os estágios de ciclo de vida organizacionais o que pode ser explicado

Dessa forma, a fim de corroborar para a geração de conhecimento, sugere-se a realização de novos estudos nesse sentido, tendo em vista as limitações de tempo da amostra e dos dados das empresas analisadas, que são restritas apenas às empresas de consumo cíclico.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. M. de; HASTREITER, S. T.; LIMA, M. R. S. O ciclo de vida organizacional e a formulação de estratégias: caso IBE's. **Administrare**, Curitiba, v. 3, p. 35-53, 2004.

BEUREN, Ilse Maria; RENGEL, Silene; RODRIGUES JUNIOR, Moacir Manoel. Relação dos atributos da contabilidade gerencial com os estágios do ciclo de vida organizacional. **Innovar**, [s.l.], v. 25, n. 57, p.63-78, 26 jun. 2015. Universidad Nacional de Colombia. <http://dx.doi.org/10.15446/innovar.v25n57.50328>.

BORGES, Victor Placeres; NARDI, Paula Carolina Ciampaglia; SILVA, Ricardo Luiz Menezes da. Determinantes dos Honorários de Auditoria das Empresas Brasileiras de Capital Aberto. **Contabilidade, Gestão e Governança**, [s.l.], v. 20, n. 2, p.216-230, 22 ago. 2017. ANPAD. http://dx.doi.org/10.21714/1984-3925_2017v20n2a3.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. Governo Federal. **Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**. 1976. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/menu/regulados/auditores_independentes/sobre.html>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRIGHENTI, Josiane; DEGENHART, Larissa; CUNHA, Paulo Roberto da. Fatores Influentes nos Honorários de Auditoria: Análise das Empresas Brasileiras Listadas na BM&FBOVESPA. **Pensar Contábil**, Blumenau, v. 18, n. 65, p.16-27, abr. 2016.

CASTRO, Walther Bottaro de Lima; PELEIAS, Ivam Ricardo; SILVA, Glauco Peres da. Determinantes dos Honorários de Auditoria: um Estudo nas Empresas Listadas na BM&FBOVESPA, Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, [s.l.], v. 26, n. 69, p.261-273, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1808-057x201501560>.

CONGRESSO NACIONAL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (1976). Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976. . [S.l.]: Diário Oficial da União, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CONGRESSO NACIONAL. Constituição (2007). Lei Federal nº 11638, de 28 de dezembro de 2007. . [S.l.]: Diário Oficial da União, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 200 (R1)**: Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria. 1 ed. [s.i.]: Diário Oficial da União, 2016. 27 p.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 315 (R1)**: Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente. 1 ed. [s.i.]: Diário Oficial da União, 2016. 58 p.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA ESTRUTURA CONCEITUAL**: Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração. 3 ed. [s.l.]: Diário Oficial da União, 2009. 21 p.

COSTA, Wando et al. The Determinants of the Life Cycle Stages of Brazilian Public Companies: A Study Based on Financial Accounting Variables. **Brazilian Business Review**, [s.l.], v. 14, n. 3, p.304-320, 2 maio 2017. Fucape Business School. <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2017.14.3.3>.

DICKINSON, Victoria. Cash Flow Patterns as a Proxy for Firm Life Cycle. **The Accounting Review**, [s.l.], v. 86, n. 6, p.1969-1994, nov. 2011. American Accounting Association. <http://dx.doi.org/10.2308/accr-10130>.

FREZATTI, Fábio et al. ESTÁGIOS DO CICLO DE VIDA E PERFIL DE EMPRESAS FAMILIARES BRASILEIRAS. **Rae - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 57, n. 6, p.601-619, dez. 2017. Fundação Getúlio Vargas.

GANZ, Alyne Cecilia Serpa et al. Relação entre a especialização da Firma de Auditoria e Audit Delay. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Blumenau, v. 38, n. 2, p.123-140, ago. 2019.

GIL, Antônio Carlos. Como Classificar as Pesquisas? In: GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 3.

GUPTA, Yash P.; CHIN, David C.w..Strategy making and environment: an organizationallifecycle perspective. **Technovation**, [s.l.], v. 13, n. 1, p.27-44, jan. 1993. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/0166-4972\(93\)90012-k](http://dx.doi.org/10.1016/0166-4972(93)90012-k).

HOITASH, Rani; MARKELEVICH, Ariel; BARRAGATO, Charles A.. Auditor fees and audit quality. **Managerial Auditing Journal**, [s.l.], v. 22, n. 8, p.761-786, 18 set. 2007. Emerald. <http://dx.doi.org/10.1108/02686900710819634>.

JARAMILLO, Jaramillo; BENAÚ, Marcela Garcia; GRIMA, Ana Zorio. Factores que determinan los honorarios de auditoría: Análisis empírico para México. **Revista Venezolana de Gerencia**, Maracaibo, v. 17, n. 59, p.387-406, set. 2012. Universidad del Zulia, Venezuela.

LIMA, Ailza Silva de et al. Estágios do Ciclo de Vida e Qualidade das Informações Contábeis no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, [s.l.], v. 19, n. 3, p.398-418, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac20151711>.

MILLER, Danny; FRIESEN, Peter H..Strategy-making and environment: The third link. **Strategic Management Journal**, [s.l.], v. 4, n. 3, p.221-235, jul. 1983. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/smj.4250040304>.

PARNELL, John A.; LESTER, Donald L..Towards a philosophy of strategy: reassessing five critical dilemmas in strategy formulation and change. **Strategic Change**, [s.l.], v. 12, n. 6, p.291-303, 2003. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/jsc.639>.

SILVA NETO, Walter Guimarães. **A RENTABILIDADE EMPRESARIAL E OS NÍVEIS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**: uma análise nas empresas do setor de

Consumo Cíclico listadas na B3.. 2018. 27 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

SILVA, Edilane Cristina da; AIRES, Manoel Victor Benevides; ALMEIDA, Karla Katiuscia Nobrega de. Um enfoque sobre o Conteúdo Informacional dos Parágrafos de Ênfases e de outros Assuntos no Relatório dos Auditores Independentes de Companhias Abertas. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, João Pessoa, v. 4, n. 3, p.20-41, 31 dez. 2014

SILVA, Wendel Alex Castro; JESUS, Daiana Kelle Aragão de; MELO, Alfredo Alves de Oliveira. Ciclo de vida das organizações: Sinais de longevidade e mortalidade de micro e pequenas indústrias na região de Contagem – MG. **Revista de Gestão**, [s.l.], v. 17, n. 3, p.245-263, 2010. Emerald. <http://dx.doi.org/10.5700/rege397>.

SOUZA, Bruno Carlos de; NECYK, George Anthony; FREZATTI, Fábio. Ciclo de Vida das Organizações e a Contabilidade Gerencial. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 27, n. 1, p.9-22, abr. 2008.

VASCONCELOS, Victor Daniel; ALVES, Francisco Ivander Amado Borges; OLIVEIRA, Francisco Anderson Silva de. OS DETERMINANTES DOS HONORÁRIOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE NO SETOR BRASILEIRO DE MATERIAIS BÁSICOS. **El Observatorio de La Economía Latinoamericana**, Málaga, v. 1, n. 1, p.1-15, set. 2018.

WANG, Gordon; SINGH, Parbudyal. The evolution of CEO compensation over the organizational life cycle: A contingency explanation. **Human Resource Management Review**, [s.l.], v. 24, n. 2, p.144-159, jun. 2014. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.hrmr.2013.11.001>.

APÊNDICE A – FLUXOS DE CAIXA DAS EMPRESAS POR ATIVIDADE

ID	NOME DA EMPRESA	ANO	FLUXO DE CAIXA			VARIAÇÃO
			OPERACIONAL	INVESTIMENTO	FINANCIAMENTO	
1	IOCHPE MAXION S.A. (IOCHP-MAXION)	2018	R 614.720,00	-R\$ 470.475,00	-R\$ 274.132,00	-R\$ 129.887,00
2	MAHLE-METAL LEVE S.A. (METAL LEVE)	2018	R\$ 154.699,00	-R\$ 99.270,00	-R\$ 128.705,00	-R\$ 73.276,00
3	PLASCAR PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS S.A. (PLASCAR PART)	2018	-R\$ 411,00	-R\$ 3.117,00	R\$ 2.703,00	-R\$ 825,00
4	MAGAZINE LUIZA S.A. (MAGAZ LUIZA)	2018	R\$ 1.236.164,00	-R\$ 394.112,00	-R\$ 655.672,00	R\$ 186.380,00
5	VIA VAREJO S.A. (VIAVAREJO)	2018	R\$ 841.000,00	-R\$ 590.000,00	-R\$ 99.000,00	R\$ 152.000,00
6	WHIRLPOOL S.A. (WHIRLPOOL)	2018	R\$ 1.321.281,00	-R\$ 430.132,00	-R\$ 684.543,00	R\$ 206.606,00
7	B2W - COMPANHIA DIGITAL (B2W DIGITAL)	2018	R\$ 431.164,00	R\$ 671.156,00	R\$ 548.128,00	R\$ 1.650.448,00
8	GRUPO SBF S.A. (CENTAURO)	2018	R\$ 198.304,00	-R\$ 85.930,00	-R\$ 19.622,00	R\$ 92.752,00
9	LOJAS AMERICANAS S.A. (LOJAS AMERIC)	2018	R\$ 1.491.456,00	R\$ 1.948.746,00	-R\$ 193.901,00	R\$ 3.246.301,00
10	SARAIVA LIVREIROS S.A. - Recup. Jud. (SARAIVA LIVR)	2018	R\$ 276.797,00	-R\$ 85.680,00	-R\$ 164.637,00	R\$ 26.480,00
11	AREZZO INDUSTRIA E COMÉRCIO S.A. (AREZZO CO)	2018	R\$ 117.836,00	R\$ 72.236,00	-R\$ 192.556,00	-R\$ 2.484,00
12	CEA MODAS S.A. (CEA MODAS)	2018	R\$ 358.536,00	-R\$ 246.408,00	-R\$ 97.881,00	R\$ 14.247,00
13	GRAZZIOTIN S.A. (GRAZZIOTIN)	2018	R\$ 43.971.355,00	-R\$ 17.856.985,00	-R\$ 94.623.058,00	-R\$ 68.508.688,00
14	GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. (GUARARAPES)	2018	R\$ 278.743,00	-R\$ 371.395,00	R\$ 449.084,00	R\$ 356.432,00
15	LOJAS RENNER S.A. (LOJAS RENNER)	2018	R\$ 811.379,00	-R\$ 609.814,00	-R\$ 317.514,00	-R\$ 115.949,00
16	MARISA LOJAS S.A. (LOJAS MARISA)	2018	R\$ 83.203,00	-R\$ 47.449,00	-R\$ 96.553,00	-R\$ 60.799,00
17	RESTOQUE COMÉRCIO E CONFECÇÕES DE ROUPAS S.A. (LE LIS BLANC)	2018	R\$ 91.979,00	-R\$ 149.097,00	-R\$ 104.887,00	-R\$ 162.005,00
18	CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. (CONST A LIND)	2018	-R\$ 8.843,00	R\$ 6.048,00	-R\$ 1.090,00	-R\$ 3.885,00
19	CONSTRUTORA TENDA S.A. (TENDA)	2018	R\$ 283.441,00	-R\$ 362.170,00	R\$ 73.639,00	-R\$ 5.090,00
20	CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. (CR2)	2018	R\$ 10.776,00	R\$ 1.608,00	-R\$ 8.554,00	R\$ 3.830,00
21	CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREEND E PART (CYRELA REALT)	2018	R\$ 864.384,00	-R\$ 151.314,00	-R\$ 734.870,00	-R\$ 21.800,00
22	DIRECIONAL ENGENHARIA S.A. (DIRECIONAL)	2018	R\$ 266.942,00	R\$ 132.257,00	-R\$ 96.953,00	R\$ 302.246,00
23	EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A. (EVEN)	2018	R\$ 298.561,00	-R\$ 111.212,00	-R\$ 312.013,00	-R\$ 124.664,00
24	EZ TEC EMPREEND. E PARTICIPAÇÕES S.A. (EZTEC)	2018	R\$ 139.639,00	R\$ 37.392,00	-R\$ 218.523,00	-R\$ 41.492,00

25	GAFISA S.A. (GAFISA)	2018	R\$ 31.450,00	-R\$ 3.061,00	-R\$ 24.612,00	R\$ 3.777,00
26	HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A. (HELBOR)	2018	R\$ 203.025,00	-R\$ 86.023,00	-R\$ 208.105,00	-R\$ 91.103,00
27	INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A. (INTER SA)	2018	R\$ 18.114,00	-R\$ 59.960,00	R\$ 42.225,00	R\$ 379,00
28	JHSF PARTICIPAÇÕES S.A. (JHSF PART)	2018	-R\$ 108.551,00	R\$ 293.341,00	-R\$ 151.365,00	R\$ 33.425,00
29	JOAO FORTES ENGENHARIA S.A. (JOAO FORTES)	2018	R\$ 166.351,00	-R\$ 47.333,00	-R\$ 133.485,00	-R\$ 14.467,00
30	MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A. (MRV)	2018	R\$ 625.606,00	R\$ 587.865,00	-R\$ 1.131.742,00	R\$ 81.729,00
31	PDG REALTY S.A. EMPREEND E PARTICIPAÇÕES (PDG REALT)	2018	R\$ 206.937,00	R\$ 57.944,00	-R\$ 281.391,00	-R\$ 16.510,00
32	RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A. (RNI)	2018	-R\$ 11.040,00	R\$ 7.838,00	-R\$ 4.266,00	-R\$ 7.468,00
33	ROSSI RESIDENCIAL S.A. (ROSSI RESID)	2018	R\$ 94.191,00	-R\$ 7.386,00	-R\$ 69.008,00	R\$ 17.797,00
34	TECNISA S.A. (TECNISA)	2018	R\$ 79.809,00	R\$ 24.413,00	-R\$ 99.940,00	R\$ 4.282,00
35	TRISUL S.A. (TRISUL)	2018	-R\$ 22.440,00	-R\$ 17.933,00	R\$ 50.101,00	R\$ 9.728,00
36	VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A. (VIVER)	2018	-R\$ 44.367,00	R\$ 516,00	R\$ 36.116,00	-R\$ 7.735,00
37	CIA LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS (LOCAMERICA)	2018	R\$ 223.896,00	-R\$ 415.971,00	R\$ 1.545.450,00	R\$ 1.353.375,00
38	LOCALIZA RENT A CAR S.A. (LOCALIZA)	2018	-R\$ 67.423,00	-R\$ 42.844,00	R\$ 947.374,00	R\$ 837.107,00
39	MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS (MAESTROLOC)	2018	-R\$ 7.169,00	-R\$ 7.364,00	R\$ 38.312,00	R\$ 23.779,00
40	MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A. (MOVIDA)	2018	-R\$ 1.018.773,00	-R\$ 50.493,00	R\$ 917.367,00	-R\$ 151.899,00
41	UNIDAS S.A. (UNIDAS)	2018	-R\$ 54.831,00	-R\$ 56.123,00	-R\$ 11.976,00	-R\$ 122.930,00
42	SMILES FIDELIDADE S.A. (SMILES)	2018	R\$ 487.322,00	-R\$ 183.393,00	-R\$ 460.929,00	-R\$ 157.000,00
43	BAHEMA EDUCAÇÃO S.A. (BAHEMA)	2018	-R\$ 4.750,00	-R\$ 17.132,00	R\$ 121,00	-R\$ 21.761,00
44	COGNA EDUCAÇÃO S.A. (COGNA ON)	2018	R\$ 1.129.440,00	-R\$ 4.789.687,00	R\$ 4.224.530,00	R\$ 564.283,00
45	MUNDIAL S.A. - PRODUTOS DE CONSUMO (MUNDIAL)	2018	-R\$ 38.199,00	-R\$ 6.108,00	R\$ 44.790,00	R\$ 483,00
46	ALPARGATAS S.A. (ALPARGATAS)	2018	R\$ 192.410,00	R\$ 21.234,00	-R\$ 322.039,00	-R\$ 108.395,00
47	GRENDENE S.A. (GRENDENE)	2018	R\$ 483.835,00	-R\$ 147.862,00	-R\$ 349.530,00	-R\$ 13.557,00
48	CIA FIAÇÃO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA (CEDRO)	2018	-R\$ 37.225,00	R\$ 3.600,00	R\$ 32.165,00	-R\$ 1.460,00
49	CIA TECIDOS NORTE DE MINAS COTEMINAS (COTEMINAS)	2018	-R\$ 264.961,00	R\$ 51.768,00	R\$ 179.358,00	-R\$ 33.835,00
50	DOHLER S.A. (DOHLER)	2018	R\$ 18.879,00	-R\$ 47.844,00	R\$ 1.481,00	-R\$ 27.484,00
51	EMPRESA NAC COM REDITO PART S.A. ENCORPAR (ENCORPAR)	2018	-R\$ 3.914,00	R\$ 19.921,00	-R\$ 16.002,00	R\$ 5,00
52	KARSTEN S.A. (KARSTEN)	2018	R\$ 23.654,00	-R\$ 13.553,00	-R\$ 9.748,00	R\$ 353,00
53	PETTENATI S.A. INDUSTRIA TEXTIL (PETTENATI)	2018	R\$ 47.134.933,00	-R\$ 48.855.306,00	R\$ 12.065.429,00	R\$ 10.345.056,00

54	SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. (SPRINGS)	2018	-R\$ 87.513,00	-R\$ 25.457,00	R\$ 90.168,00	-R\$ 22.802,00
55	TEKA-TECELAGEM KUEHNRIK S.A. (TEKA)	2018	-R\$ 11.059,00	-R\$ 78,00	R\$ 11.200,00	R\$ 63,00
56	TEXTIL RENAUXVIEW S.A. (TEX RENAUX)	2018	R\$ 3.734,00	-R\$ 1.034,00	-R\$ 1.927,00	R\$ 773,00
57	CIA HERING (CIA HERING)	2018	R\$ 362.876,00	-R\$ 49.621,00	-R\$ 141.536,00	R\$ 171.719,00
58	UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A. (UNICASA)	2018	R\$ 17.542,00	-R\$ 18.227,00	R\$ -	-R\$ 685,00
59	NADIR FIGUEIREDO E IND E COM S.A. (NADIR FIGUEI)	2018	R\$ 104.895,00	-R\$ 79.092,00	-R\$ 19.906,00	R\$ 5.897,00
60	SMARTFIT ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA S.A. (SMART FIT)	2018	R\$ 131.533,00	-R\$ 569.424,00	R\$ 286.198,00	-R\$ 151.693,00
61	BICICLETAS MONARK S.A. (BIC MONARK)	2018	R\$ 104,00	-R\$ 8.123,00	R\$ -	-R\$ 8.019,00
62	MANUFATURA DE BRINQUEDOS ESTRELA S.A. (ESTRELA)	2018	-R\$ 28.464,00	R\$ 23.440,00	R\$ 2.420,00	-R\$ 2.604,00
63	SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS)	2018	-R\$ 39.998,00	-R\$ 1.528,00	R\$ 22.697,00	-R\$ 18.829,00
64	T4F ENTRETENIMENTO S.A. (TIME FOR FUN)	2018	-R\$ 78.943,00	-R\$ 6.405,00	R\$ 70.882,00	-R\$ 14.466,00
65	CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A. (CVC BRASIL)	2018	-R\$ 48.044,00	-R\$ 199.408,00	R\$ 251.065,00	R\$ 3.613,00

Fonte: Elaboração Própria (2020).

APÊNDICE B – DADOS DOS FORMULÁRIOS DE REFERÊNCIA COLETADOS DA AMOSTRA

ID	Membros do Conselho	Big Four	Honorários (R\$)	Tipo de Opinião	Principais Assuntos de Auditoria	Data do Relatório	Motivo Ressalva
1	3	Sim	7.057.939,46	Sem Ressalva	Políticas contábeis críticas - Provisões, riscos trabalhistas e perdas nos estoques	31/05/2019	Não possui
2	2	Sim	503.600,00	Com Ressalva	Normas contábeis ainda não adotadas, Políticas contábeis críticas - incertezas sobre premissas e estimativas	30/04/2019	Uso de estimativas e julgamentos imprecisos que podem gerar distorções significativas
3	3	Sim	261.000,00	Sem Ressalva	Incerteza relevante acerca da continuidade operacional, Uso de estimativas e premissas nas políticas contábeis	15/04/2019	Não possui
4	4	Sim	1.000.000,00	Sem Ressalva	<i>Impairment</i> de ativos financeiros, classificação de ativos não-financeiros e <i>Off-Balance Sheets</i>	30/05/2019	Não possui
5	3	Sim	40.910,00	Sem Ressalva	Reapresentação de Demonstrações Financeiras, <i>Off-Balance Sheets</i> não significativos	27/05/2019	Não possui
6	6	Sim	2.344.788,00	Sem Ressalva	Provisão para demandas judiciais e administrativas, Ativo não circulante mantido para a venda e operações descontinuadas	31/12/2018	Não possui

7	7	Sim	661.689,00	Sem Ressalva	Mudanças significativas nas práticas contábeis devido à alteração das IFRS e adoção de novos pronunciamentos técnicos do CPC	31/05/2019	Não possui
8	7	Sim	1.400.000,00	Sem Ressalva	Reapresentação de Demonstrações Financeiras	04/10/2019	Não possui
9	3	Sim	630.000,00	Sem Ressalva	Mudanças significativas nas práticas contábeis devido à alteração das IFRS e adoção de novos pronunciamentos técnicos do CPC	Não especificado	Não possui
10	6	Não	462.000,00	Sem Ressalva	Mudanças significativas nas práticas contábeis devido à alteração das IFRS e adoção de novos pronunciamentos técnicos do CPC	23/01/2019	Não possui
11	7	Sim	350.000,00	Sem Ressalva	Demonstrações Financeiras individuais elaboradas de acordo com os pronunciamentos do CPC e normas IFRS	02/05/2018	Não possui
12	3	Sim	706.451,00	Sem Ressalva	Demonstrações Financeiras reapresentadas - alteração na demonstração de valor adicionado para melhor refletir as operações	Não especificado	Não possui
13	2	Não	161.621,38	Sem Ressalva	Não houve ênfase referente ao exercício de 2018	01/02/2019	Não possui

1 4	3	Sim	R\$ 2.113.400,08	Sem Ressalva	Mudança de normas contábeis internacionais (IFRS) e Pronunciamentos do CPC e ajustes realizados	10/05/2019	Não possui
1 5	5	Sim	R\$ 683.006,51	Sem Ressalva	Demonstrações Financeiras de acordo com pronunciamentos do CPC e IFRS	06/05/2019	Não possui
1 6	5	Sim	R\$ 1.293.118,00	Sem Ressalva	Mudança de normas contábeis internacionais (IFRS) e Pronunciamentos do CPC e ajustes realizados	31/05/2019	Não possui
1 7	4	Sim	R\$ 662.390,67	Sem Ressalva	Demonstrações Financeiras de acordo com pronunciamentos do CPC e IFRS	29/03/2019	Não possui
1 8	5	Sim	R\$ 110.000,00	Sem Ressalva	Mudança de normas contábeis internacionais (IFRS) e Pronunciamentos do CPC e ajustes realizados	31/12/2018	Não possui
1 9	7	Sim	R\$ 398.000,00	Sem Ressalva	Mudança nas demonstrações contábeis referentes ao pronunciamento OCPC04	13/08/2018	Não possui
2 0	5	Não	R\$ 116.617,99	Sem Ressalva	Mudança de normas contábeis internacionais (IFRS) e Pronunciamentos do CPC e ajustes realizados	30/05/2019	Não possui
2 1	8	Sim	R\$ 540.225,00	Sem Ressalva	Mudança nas demonstrações contábeis referentes ao pronunciamento OCPC04	09/05/2019	Não possui

2 2	5	Sim	R\$ 452.496,00	Sem Ressalva	Mudança nas demonstrações contábeis referentes ao pronunciamento OCPC04	17/05/2019	Não possui
2 3	5	Sim	R\$ 900.000,00	Sem Ressalva	Mudança nas demonstrações contábeis referentes ao pronunciamento OCPC04	31/05/2019	Não possui
2 4	9	Sim	R\$ 462.390,67	Sem Ressalva	Mudança de normas contábeis internacionais (IFRS) e Pronunciamentos do CPC e ajustes realizados	02/02/2019	Não possui
2 5	8	Sim	R\$ 4.528.000,00	Sem Ressalva	Mudança nas demonstrações contábeis referentes ao pronunciamento OCPC04	05/11/2019	Não possui
2 6	5	Sim	R\$ 415.000,00	Sem Ressalva	Mudança nas demonstrações contábeis referentes ao pronunciamento OCPC04	30/05/2019	Não possui
2 7	3	Não	R\$ 70.000,00	Sem Ressalva	Mudanças significativas nas práticas contábeis devido à alteração das IFRS e adoção de novos pronunciamentos técnicos do CPC	31/12/2018	Não possui
2 8	9	Sim	R\$ 1.330.705,26	Com Ressalva	Mudança de normas contábeis internacionais (IFRS) e Pronunciamentos do CPC e ajustes realizados	14/11/2019	Ocorrência de transferência de riscos contínuos em transações relacionadas a benefícios e vendas de títulos mobiliários possíveis geradores de distorções

29	2	Sim	R\$ 672.000,00	Sem Ressalva	Mudança nas demonstrações contábeis referentes ao pronunciamento OCPC04	09/08/2018	Não possui
30	7	Sim	R\$ 723.000,00	Sem Ressalva	Mudança de normas contábeis internacionais (IFRS) e Pronunciamentos do CPC e ajustes realizados	30/08/2019	Não possui
31	Não especificado	Sim	R\$ 1.076.250,00	Sem Ressalva	Mudança nas demonstrações contábeis referentes ao pronunciamento OCPC04	16/05/2019	Não possui
32	3	Sim	R\$ 393.985,00	Sem Ressalva	Mudança nas demonstrações contábeis referentes ao pronunciamento OCPC04	30/07/2019	Não possui
33	2	Não	R\$ 501.457,73	Sem Ressalva	Critérios de reconhecimento de receitas com vendas de imóveis e construção e situações previstas no ofício CVM/SNC/SEP 02/18	31/05/2019	Não possui
34	13	Sim	R\$ 364.766,37	Sem Ressalva	Mudanças nas demonstrações contábeis referentes ao pronunciamento OCPC04	06/05/2019	Não possui
35	5	Não	R\$ 312.000,00	Sem Ressalva	Critérios de reconhecimento de receitas com vendas de imóveis e construção e situações previstas no ofício CVM/SNC/SEP 02/18	04/12/2019	Não possui

3 6	2	Não	R\$ 251.450,00	Sem Ressalva	Dúvida significativa quanto à continuidade operacional, modificações empregadas nas demonstrações contábeis pela NBC TG 47/IFRS 15	31/05/2019	Não possui
3 7	7	Sim	R\$ 1.236.000,00	Sem Ressalva	Mudanças significativas nas práticas contábeis devido à alteração das IFRS e adoção de novos pronunciamentos técnicos do CPC	26/12/2019	Não possui
3 8	8	Sim	R\$ 1.113.000,00	Sem Ressalva	Mudanças significativas nas práticas contábeis devido à alteração das IFRS e adoção de novos pronunciamentos técnicos do CPC	28/05/2019	Não possui
3 9	3	Sim	R\$ 163.139,00	Sem Ressalva	Mudanças significativas nas práticas contábeis devido à alteração das IFRS e adoção de novos pronunciamentos técnicos do CPC	31/12/2018	Não possui
4 0	5	Sim	R\$ 513.732,95	Sem Ressalva	Mudanças significativas nas práticas contábeis devido à alteração das IFRS e adoção de novos pronunciamentos técnicos do CPC	16/08/2019	Não possui
4 1	5	Sim	R\$ 1.236.000,00	Sem Ressalva	Mudanças significativas nas práticas contábeis devido à alteração das IFRS e adoção de novos pronunciamentos técnicos do CPC	26/12/2019	Não possui

4 2	5	Sim	R\$ 786.213,14	Sem Ressalva	Reapresentação de demonstrações contábeis do exercício em razão da adoção do CPC47	15/05/2019	Não possui
4 3	8	Não	R\$ 158.000,00	Sem Ressalva	Reapresentação de demonstrações contábeis do exercício em razão do cumprimento do disposto no CPC 23	07/11/2019	Não possui
4 4	13	Sim	R\$ 1.215.000,00	Sem Ressalva	Mudanças significativas nas práticas contábeis devido à alteração das IFRS e adoção de novos pronunciamentos técnicos do CPC	22/05/2019	Não possui
4 5	10	Sim	R\$ 8.118.800,00	Sem Ressalva	Mudanças significativas nas práticas contábeis devido à alteração das IFRS e adoção de novos pronunciamentos técnicos do CPC	31/05/2019	Não possui
4 6	7	Sim	R\$ 2.093.923,75	Sem Ressalva	Mudanças significativas nas práticas contábeis devido à alteração das IFRS e adoção de novos pronunciamentos técnicos do CPC	06/12/2019	Não possui
4 7	3	Sim	R\$ 427.100,00	Sem Ressalva	Mudanças significativas nas práticas contábeis devido à alteração das IFRS e adoção de novos pronunciamentos técnicos do CPC	27/05/2019	Não possui

4 8	3	Não	R\$ 217.672,80	Sem Ressalva	Mudanças significativas nas práticas contábeis devido à alteração das IFRS e adoção de novos pronunciamentos técnicos do CPC	01/05/2019	Não possui
4 9	3	Não	R\$ 69.670,00	Sem Ressalva	Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as normas internacionais IFRS e os pronunciamentos do CPC	03/09/2019	Não possui
5 0	5	Não	R\$ 130.000,00	Sem Ressalva	Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as normas internacionais IFRS e os pronunciamentos do CPC	25/10/2019	Não possui
5 1	Não especificado	Não	R\$ 41.982,00	Sem Ressalva	Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as normas internacionais IFRS e os pronunciamentos do CPC	10/06/2019	Não possui
5 2	5	Não	R\$ 264.490,00	Sem Ressalva	Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as normas internacionais IFRS e os pronunciamentos do CPC	05/12/2019	Não possui
5 3	5	Não	R\$ 96.000,00	Sem Ressalva	Pedido de compensação de débitos mantido desde 2011 devido a decisão judicial transitada em julgado aguardando devida homologação por autoridade fazendária	28/11/2019	Não possui

5 4	5	Não	R\$ 95.277,00	Com Ressalva	Classificação de ativos financeiros não circulantes - Cláusulas contratuais de empréstimos não cumpridas	01/11/2019	Decisão judicial transitada em julgado após o encerramento do exercício de 2018 acerca do reconhecimento de créditos fiscais provenientes de PIS e COFINS para exclusão do ICMS da base de cálculo PIS e COFINS, no valor de R\$ 208 milhões.
5 5	9	Não	Não divulgado*	Abstenção de Opinião	Incerteza relevante acerca da continuidade operacional, Uso de estimativas e premissas de risco nas políticas contábeis, alto grau de endividamento e baixa liquidez	01/05/2019	Declaração de recuperação judicial, grave incerteza de continuidade operacional, imprecisões nas demonstrações contábeis - Prejuízos Líquidos acumulados concomitantes com a existência de grandes numerários de ativo.

5 6	3	Não	R\$ 148.000,00	Sem Ressalva	Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as normas internacionais IFRS e os pronunciamentos do CPC	28/05/2019	Não possui
5 7	3	Sim	R\$ 241.500,00	Sem Ressalva	Benefícios a Empregados e Realização de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	31/12/2019	Não possui
5 8	3	Não	R\$ 175.184,64	Sem Ressalva	Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as normas internacionais IFRS e os pronunciamentos do CPC	31/12/2019	Não possui
5 9	3	Não	R\$ 319.726,00	Sem Ressalva	Mudanças nas políticas contábeis em acórdância às edições das normas IFRS 15 e IFRS 09 previstas nas práticas brasileiras de contabilidade	01/05/2019	Não possui
6 0	8	Sim	R\$ 1.939.300,00	Sem Ressalva	Mudanças nas políticas contábeis em acórdância às edições das normas IFRS 15 e IFRS 09 previstas nas práticas brasileiras de contabilidade	01/01/2019	Não possui
6 1	3	Não	R\$ 90.000,00	Sem Ressalva	Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as normas internacionais IFRS e os pronunciamentos do CPC	07/05/2019	Não possui

6 2	3	Não	R\$ 116.040,00	Com Ressalva	REFIS 2014 e PERT - Débitos previdenciários, Procedimentos de reconhecimento de provisões	04/06/2019	Incerteza relacionada ao deferimento do pedido de parcelamento do REFIS 2014 e PERT, Incerteza relevante à continuidade operacional
6 3	Não especificado	Não	R\$ 102.099,84	Sem Ressalva	Incerteza relacionada à continuidade operacional, oriunda de sucessivos prejuízos líquidos desde o exercício de 2017	31/05/2019	Não possui
6 4	7	Sim	R\$ 934.416,07	Sem Ressalva	Projeções de resultados utilizadas na avaliação do valor recuperável do ágio e realização de tributos diferidos, provisão para riscos tributários e critérios de reconhecimento de receita de patrocínios	16/06/2019	Não possui
6 5	7	Sim	R\$ 2.136.000,00	Sem Ressalva	Mudanças nas políticas contábeis em conformidade às edições das normas IFRS 15 e IFRS 09 previstas nas práticas brasileiras de contabilidade	24/05/2019	Não possui